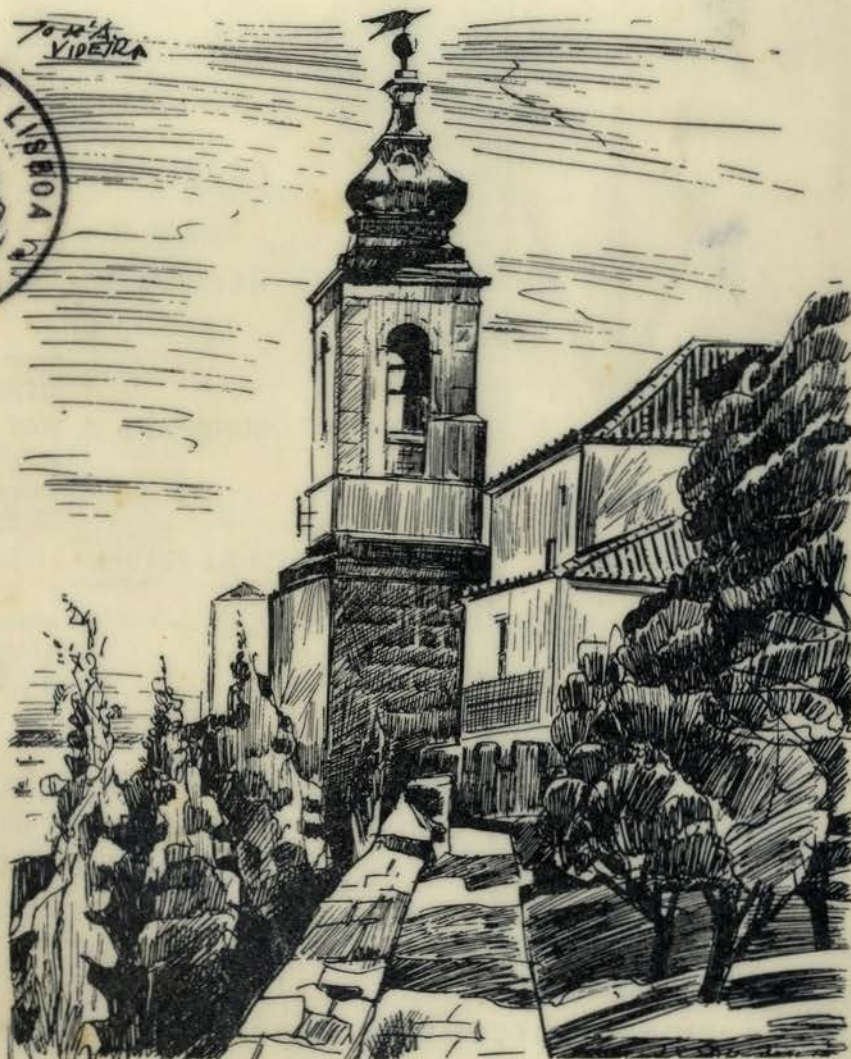


OLISIPO

Boletim Trimestral

Grupo Amigos de Lisboa



ANO XXV—N.º 100

OUTUBRO 1962



S.G.

SOCIEDADE GERAL

**DE
COMÉRCIO,
INDÚSTRIA
E
TRANSPORTES**

CARREIRAS REGULARES

**DIAS 10, 15 e 25 DE CADA MÊS
METRÓPOLE • CABO VERDE
E GUINÉ**

MENSAIS

**METRÓPOLE • S. TOMÉ E PRÍNCIPE
E A N G O L A**

DE 21 EM 21 DIAS

**NORTE DA EUROPA • LISBOA, MATADI
E A N G O L A**

SEMANAIS

ANVERS • PORTUGAL

**TRAMPING — TRANSITOS
SERVIÇO DE REBOQUES
FLUVIAIS E DE ALTO MAR**

**LISBOA • R. DOS DOURADORES, 11 • TELEF. 3263145 • 345136 • TELEG. GERAL
PORTO • R. SÁ DA BANDEIRA, 82 • TELEF. 27363 • TELEG GERAL PORTO**

Danças Folclóricas pelo Conjunto de "Danças Regionais de Portugal,"



RUA DO NORTE LISBOA

TELF. 30095

ADEGA MACHADO
(BAIRRO ALTO)
IS OPEN TO 3,30 A. M.

FADOS E GUITARRADAS
ATÉ DE MADRUGADA

LA ADEGA MACHADO
(BAIRRO ALTO)
FERME VERS 3,30 HEURES DU MATIN

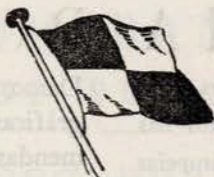
Companhia Nacional de Navegação

Sede: Rua do Comércio, 85 — L I S B O A — Telefones 32 30 21 e 32 30 26
Sucursal: R. Infante D. Henrique, 63 — P O R T O — Telefones 2 24 38 e 2 24 39

Serviço rápido de carga e passageiros para a África
Occidental e África Oriental, Oriente e Norte da Europa

UMA FROTA AO SERVIÇO DA NAÇÃO E DO IMPÉRIO

Navios de passageiros	Tons. D. W.	Tons. desloc.	Navios de carga	Tons. D. W.	Tons. desloc.
Príncipe Perfeito... ..	8.600	20.000	Sofala	12.145	18.520
Moçambique	9.423	18.220	Moçâmedes ..	9.120	12.990
Angola ...	9.550	18.250	Rovuma	9.120	12.990
Niassa ...	9.706	16.330	S. Tomé ..	9.050	12.550
Quanza ...	6.230	11.550	Nacala	3.370	5.130
Índia	6.655	11.677	Tagus	1.532	2.581
Timor ...	6.655	11.677	Chinde	1.543	2.592
Zambézia ...	1.857	3.538	Angoche ..	1.630	2.320
Lúrio	1.857	3.538			



CLARAS

C A M I O N A G E M

SEDE

TORRES NOVAS

Largo General Baracho, 16

Telefone PBX 22003

LISBOA-R. Andrade, 16-Tel. 842086

CARREIRAS de Passageiros

CIRCUITOS Turísticos

AUTOCARROS

para Alugueres

para Excursões

AUTOMÓVEIS

de Aluguer

TRANSPORTES de Carga

PAPELARIA CAMÕES

DE

AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO, LDA.

Pincéis, telas, tintas de óleo, aguarelas e guaches
das melhores marcas nacionais e estrangeiras

LISBOA, 2 — 42, Praça de Luís de Camões, 43 — TEL. 32 30 63

CAFÉ NICOLA

O café que se impõe pela sua qualidade

Rua 1.º de Dezembro, 33, 35 e 37

LISBOA

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.ª livros sobre
todos os assuntos escritos nas
principais línguas europeias

Damos informações biblio-
gráficas e aceitamos enco-
mendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo 70 • Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2



GAIVOTAS, LDA.

FABRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811

Telefs. 663177/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

LISBOA

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

●
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

●
Rua Augusta, 161 - Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO

Edifício do Cruzeiro—ESTORIL

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

—
Grandes e pequenas quantidades

—
LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58

• Telef. 32 86 63

• LISBOA

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Le Baron Pierre Bonvoisin

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. João Augusto Bexiga

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Sílvio Guimarães

Oferta

27. JUL. 1988

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXV

OUTUBRO DE 1962

NÚMERO 100

Director, o Presidente da Junta Directiva
FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

SUMÁRIO



	Pág.
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA	125
O NÚMERO 100 pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i>	127
UM RELÓGIO DE SOL QUINHENTISTA NO HOSPITAL DE SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS pelo <i>General Pereira do Vale</i>	130
FIGURAS DE CERA por <i>Ernesto Soares</i>	137
BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE UM CÉLEBRE ARTISTA OLISI- PONENSE por <i>J. E. S.</i>	141
EM QUE SE FALA DOS ANTIGOS PAÇOS REAIS por <i>Mário Costa</i>	144
O JARDIM BOTÂNICO por <i>H. R.</i>	158
O PALÁCIO DO CONDE DE OEIRAS por <i>Hugo Raposo</i>	160
ACTIVIDADE CULTURAL	169
FEIRA DA LADRA	171
OFERTAS AO GRUPO	172

CAPA: Igreja de Santa Cruz, ao Castelo de S. Jorge - Desenho de
José A. Videira.

VINHETAS de Figueiredo Sobral.

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

OLISTO

ESTADÍSTICA DE LA PROVINCIA DE ANGOLA

El presente Olisto es el resultado de los trabajos realizados por el Sr. J. J. ... en la Provincia de Angola durante el año 1925. El Sr. J. J. ... es el autor de este Olisto. Los datos que se dan en este Olisto son los que se han podido obtener de los informes que se han presentado a la Dirección General de Estadística de Angola.

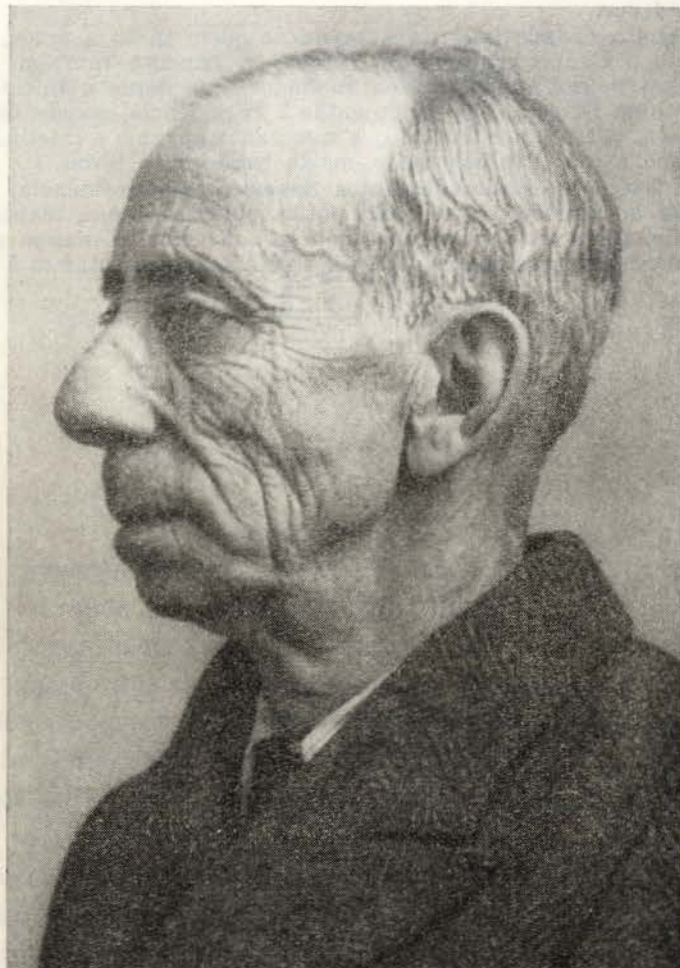
SUMARIO

1	Introducción
2	El territorio de la Provincia de Angola
3	La población de la Provincia de Angola
4	La agricultura en la Provincia de Angola
5	La ganadería en la Provincia de Angola
6	La industria en la Provincia de Angola
7	El comercio en la Provincia de Angola
8	Las comunicaciones en la Provincia de Angola
9	El estado de la Provincia de Angola

PROVINCIA DE ANGOLA

10	El territorio de la Provincia de Angola
11	La población de la Provincia de Angola
12	La agricultura en la Provincia de Angola
13	La ganadería en la Provincia de Angola
14	La industria en la Provincia de Angola
15	El comercio en la Provincia de Angola
16	Las comunicaciones en la Provincia de Angola
17	El estado de la Provincia de Angola
18	El estado de la Provincia de Angola
19	El estado de la Provincia de Angola
20	El estado de la Provincia de Angola





Gustavo de Matos Sequeira

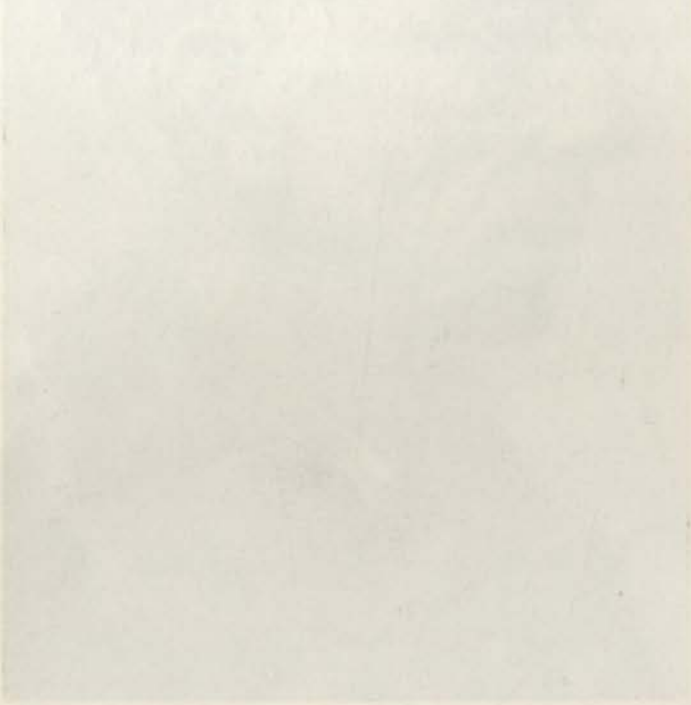
Morreu Matos Sequeira! Com o seu passamento perdeu Lisboa um dos seus maiores Amigos, senão o maior, e que ao mesmo tempo era, como antes haviam sido o Visconde de Castilho e Vieira da Silva, um estudioso investigador da história da nossa velha e querida Cidade. Perdido ele, perdidas foram para sempre as lições de história olisiponense que eram quase todas as suas conversas amenas, pitorescas, por vezes ousadas e sempre eruditas.

A posteridade porém conservará a sua Obra escrita, que foi vasta como poucas e onde deixou exarado o resultado das investigações, que ele com tanto escrúpulo, probidade, inteligência e saber levou a cabo durante toda a vida.

Não é este o momento de fazer a história dessa vida. Em ocasião e local mais apropriados não deixará ela de ser feita por quem méritos e autoridade tenha para a fazer.

Agora, que a Cidade lamenta a perda de quem tanto a amou, muito funda e sentidamente o Grupo «Amigos de Lisboa» a lamenta também. Não esquece aquele que, com poucos mais, foi seu fundador, que desde o início até 1958 foi Vice-Presidente da Direcção, passando então à Presidência, sucedendo ao Prof. Celestino da Costa, outro nome ilustre que com tanto aprumo e inteligência presidiu ao nosso Grupo e que infelizmente a morte também já levou.

Não foi longa a estadia de Matos Sequeira na Presidência, pois por sua vontade de nós se afastou, o que todos então muito sentimos, mantendo, embora, sempre por ele, pelas suas qualidades e pela sua Obra, o mesmo sentimento de consideração e respeito que, agora acrescidos pela saudade, votamos à sua memória.



Grupo de Amigos de Lisboa

Matos Sequeira (1904-1980) - Um dos fundadores do Grupo de Amigos de Lisboa, foi um dos membros mais ativos e dedicados da instituição. Durante a sua presidência, o Grupo realizou diversas actividades culturais e científicas, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade lisboeta. A sua obra é considerada um legado valioso para o grupo e para a cidade de Lisboa.

O NÚMERO

100

COM o presente número perfaz o nosso OLISIPO o número 100. Em 26 anos de actividade do Grupo e 25 do seu boletim é tarefa de relevo no nosso meio.

Agremiação cultural com larga cópia de realizações, como o atestam os relatos insertos nos números comemorativos do 20.º e do 25.º aniversários do Grupo, em que se incluem algumas das edições próprias e separatas de artigos publicados, a colecção deste boletim marca actividade meritória a bem da cultura olisiponense.

A sua colaboração tem sido variada e interessante e as suas páginas são repositório valioso sobre a vida de Lisboa.

Nesta data devemos relembrar os nomes de alguns dos seus colaboradores mais ilustres já falecidos: dr. Alfredo da Cunha, Álvaro de Lacerda, eng. Augusto Vieira da Silva, arq. António Couto, dr. Arruda Furtado, Cardoso Marta, dr. Francisco Cordeiro Blanco, escultor Diogo de Macedo, padre Ernesto Sales, Forjaz de Sampaio, prof. Joaquim Fontes, Joaquim Leitão, Jordão de Freitas, dr. Levy Marques da Costa, coronel Linhares de Lima, coronel Lopes Galvão, dr. Alberto Mac-Bride, D. Maria Madalena Martel Patrício, Gustavo de Matos Sequeira, Norberto de Araújo, dr. Perry Vidal, general Raúl Esteves, padre Ruela Pombo, Sidónio Miguel, etc.

Entre os estrangeiros, lembramos a colaboração do dr. Castillo Lucas, espanhol e do prof. Henrique Post, holandês.

Não devemos, ao falar de colaboradores, deixar de citar os nomes dos que colaboraram no seu primeiro número, publicado com 26 páginas em Janeiro de 1938 com o formato de 27×20 cm e cuja capa aqui se reproduz. Foram eles: o eng. Augusto Vieira da Silva, ao tempo presidente da Junta Directiva do Grupo, Luís Pastor de Macedo,

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO
«AMIGOS DE LISBOA»



ANO I

N.º 1

JANEIRO 1938

seu secretário-geral, arquitecto António Couto, antigo director do Grupo, dr. Arruda Furtado, antigo inspector de Saúde de Lisboa, escultor João da Silva, Luís Teixeira, antigo vereador e director do Grupo, prof. doutor António Monteiro da Costa, também antigo director do Grupo e professor de Medicina Veterinária.

Foi seu primeiro director o académico sr. Gustavo de Matos Sequeira, ao tempo, vice-presidente da Junta Directiva e seu editor o signatário, no n.º 2 substituído pelo caricaturista Francisco Valença.

Ao encerrarmos a primeira centúria, com saudade lembramos os que ficaram pelo caminho e pedimos a Deus conceda colaboração e obreiros eficientes para tarefa que não pode ter parança e se anseia cada vez melhor.

Assim seja.

E. N.



Um
Relógio de Sol Quinhentista
no Hospital
de Santo António dos Capuchos

Agradece curioso
El saber quanto vives
Y la luz y las horas que recibes?

Dom Francisco Quevedo y Villegas
Las tres Musas Ultimas Castellanas

pelo General PEREIRA DO VALE

GRAÇAS à gentileza do director do Hospital de Santo António dos Capuchos, a quem aqui apresentamos os nossos agradecimentos, foi-nos permitido estudar o relógio de sol que naquele hospital se encontra instalado, certamente um dos mais antigos existentes em Portugal, pois data de 1585. Nenhum conhecemos de data anterior.

Já lá vai o tempo em que os relógios mecânicos, sem a ajuda dos relógios de sol eram, não só inúteis, mas mesmo danosos⁽¹⁾.

Hoje, com o aperfeiçoamento da mecânica relojoeira, com as transmissões da T. S. F., perderam os relógios solares muito da sua importância.

Teriam, porém, perdido de todo, a razão de existir?

O relógio solar é um elemento muito decorativo. A monotonia de uma empena, a rigidez de um cunhal de uma casa de habitação são quebradas por esses instrumentos que, a par do fim artístico, dão ao homem lições sobre os movimentos do Sol e o levam à meditação nos mistérios da Criação.

Il n'est personne à qui la vue d'une horloge ou d'un cadran solaire n'est inspiré de graves réflexions. (2)

(1) Padre Francisco Faria Aragão, *Horografia Portuguesa*, 1805.

(2) Baron de Rivière, *Bulletin Monumental*.

Num parque, sobre uma coluna, ornamentando uma fonte, numa sacada, num vidro de janela convenientemente exposta, o relógio de sol sempre um elemento de arte.

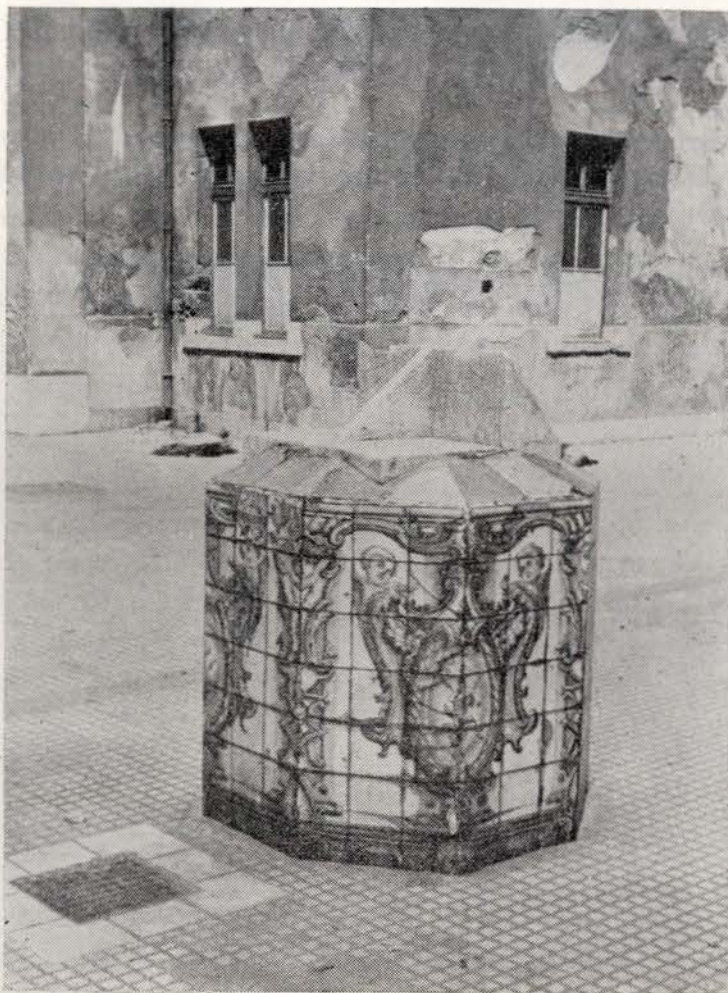


FIG. 1 — *Aspecto geral do relógio*

A maldade dos homens que lhes não perdoa não marcarem a hora por tempo de nuvens

— *Si tempora fuerint nubila, solus crīs* —⁽³⁾

⁽³⁾ Ovídio, *Tristia*. Citado por Manuel Bernandes, in *Nova Floresta*.

ou durante a noite

— *Nulla sine sole umbra* —

tem destruído os poucos que as passadas eras nos deixaram.

São bem poucos os relógios de sol que até agora tenho achado nas terras do nosso reino, por onde tenho passado. (4)

De 1805 para cá, a maldade do tempo e a maldade dos homens destruíram muitos do que então existiam.

É uma grande injustiça que se comete ao desprezar esses tão calados, tão rigorosos, tão sábios instrumentos: dão-nos a hora sem ruído; dão-nos a hora que Deus nos deu, sem intervenção de fusos e portarias governamentais, que a desvirtuam; dão-nos ainda nas suas divisas, lições de moral, de filosofia, de religião ou nos dizem uma chalaça ou nos transmitem o pensar dos seus possuidores.

Um desenganado espanhol do século XVIII, através do seu relógio, comunica-nos:

O tempo decorrido me enganou; o presente me atormenta; o futuro me espanta. (5).

Um epicurista alegrou o cunhal da sua adega com um relógio que grita:

Hora Bibendi (6)

Uma das razões do descrédito actual dos relógios solares está em que estes não podem adaptar-se à hora oficial, à chamada hora legal (7). É certo. O quadrante solar acata apenas os decretos do Criador e repudia os dos Governos. Mudam-se as horas, de Verão para Inverno e de Inverno para Verão, e, imperturbavelmente, o quadrante vai marcando

(4) Padre Faria Aragão, *Horografia Portuguesa*, 1805.

(5) Do «Bazar», suplemento de *A Voz*, de 7 de Abril de 1937.

(6) Em Villard-Bounot (Isère, França).

(7) Podem construir-se quadrantes que marquem a hora legal.

as horas que Deus lhe dita e pensando como o poeta do «Cancioneiro da Vaticana»:

*Todalas cousas eu vejo mudar
Mudam-se os tempos e muda-se o al.*

Mas não será isto uma razão para adoptarmos para medir o tempo, nas nossas casas, um instrumento que escapa a tanta alteração, reflexo da instabilidade da hora presente, em que os legisladores dão o exemplo



FIG. 2

- 1 - Quadrante horizontal
2 - Quadrante vertical, sem declinação

de não respeitar o que de mais imutável se tem apresentado aos homens, a marcha dos astros para medição do tempo?

Sejam os relógios solares o protesto silencioso contra tais mudanças, os desprezados relógios, tão exactos e tão silenciosos nas suas indicações.

Talvez por essa razão não têm a simpatia duma geração tumultuária, materialista e faladora:

*Com o relógio desconcorda,
De Clari o palreiro agrado,
Porque o relógio é calado
E ela gosta de dar corda. (8)*

É tempo de terminar com este merecido louvor e passemos a descrever rapidamente o relógio do Hospital de Santo António dos Capuchos.

O relógio está instalado num pátio sobre uma base de alvenaria coberta com azulejos setecentistas e possivelmente não foi esta a sua primitiva instalação.

Ostenta uma legenda que nos diz o ano em que foi construído e as iniciais do nome do construtor:

F P L 1586.

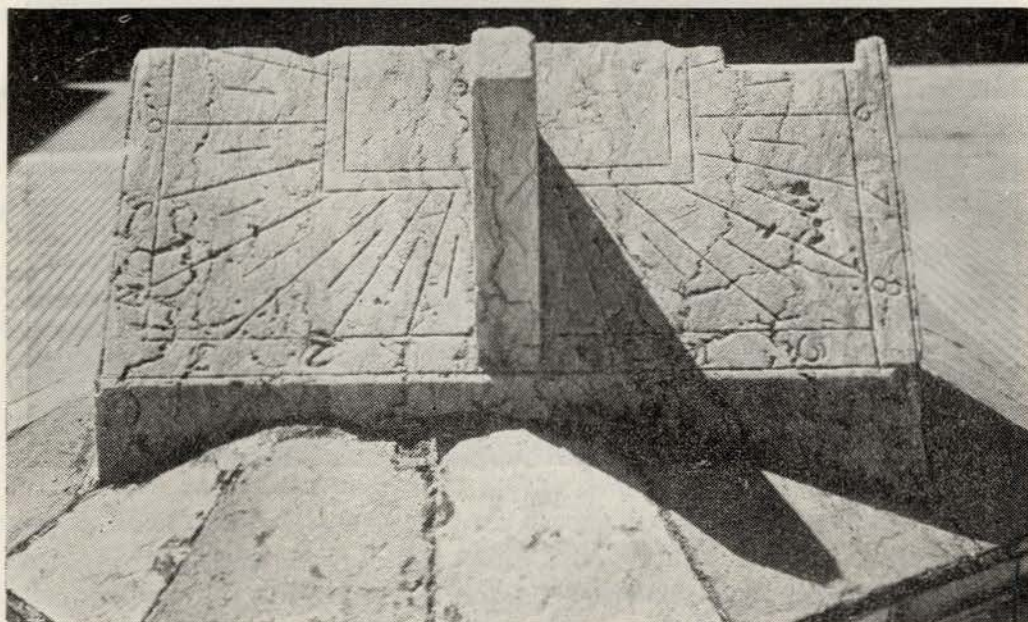


FIG. 3

3 - Quadrante equatorial, setentrional

(8) *Progressos Académicos dos Anónimos de Lisboa* - Lisboa, 1718.

É um trabalho em pedra, de boa execução, e tem três quadrantes diferentes:

- 1 — Quadrante horizontal;
- 2 — Quadrante vertical, meridional, sem declinação;
- 3 — Quadrante equinocial, setentrional.

Pelas medidas tomadas nos quadrantes, verificou-se que foram bem traçados por pessoa que conhecia a gnomónica.

Daremos, para satisfazer a curiosidade dos que tiverem a paciência de ler estas linhas, os ângulos formados pelas linhas horária com a linha do meio dia, com aproximação de 1 minuto, calculados para a latitude de Lisboa. São os que constam do seguinte quadro:

HORAS		RELÓGIOS		
Manhã	Tarde	Horizontal	Vertical	Equinocial
11 ^h 30	12 ^h 30	4° 42'	5° 51'	7° 30'
11	13	9 30	11 47	15 0
10 30	13 30	14 31	17 53	22 30
10	14	19 50	24 13	30 0
9 30	14 30	25 37	30 53	37 30
9	15	32 0	37 55	45 0
8 30	15 30	39 9	45 26	52 30
8	16	47 15	53 27	60 0
7 30	16 30	56 28	62 0	67 30
7	17	66 47	71 2	75 0
6 30	17 30	78 6	80 25	82 30
6	18	90	90	90

O quadrante horizontal (1) é iluminado sempre que o sol esteja acima do horizonte, isto é, desde o seu nascimento até ao seu ocaso.

O quadrante vertical (2) nunca é iluminado mais de 12 horas, máximo tempo que se verifica nos equinócios, a 21 de Março e a 23 de Setembro.

De 21 de Março a 21 de Junho, o tempo de iluminação diminua, sendo na última data apenas de cerca de 8 horas, das 8 da manhã às 4 da

tarde; de 21 de Junho até 23 de Setembro vai aumentando, atingindo o máximo do seu valor em 23 de Setembro e depois diminui até 22 de Dezembro em que o período de iluminação decorre desde cerca das 7 horas e 30 m da manhã às 4 e 30 da tarde. Aumenta depois até 21 de Março, repetindo-se o ciclo já descrito.

O relógio equinocial setentrional (3) é iluminado apenas no período que decorre de 21 de Março até 23 de Setembro. De 23 de Setembro a 21 de Março, lapso de tempo em que o Sol está no hemisfério Sul, o quadrante não é iluminado.

Devemos notar que as horas a que nos referimos nesta curta notícia, são as horas solares ou verdadeiras e não as horas legais. A hora legal antecede a hora verdadeira de uma certa quantidade que pode ser procurada nos Dados Astronómicos para Almanques, publicados anualmente pelo Observatório Astronómico de Lisboa, no quadro intitulado «Hora legal ao meio-dia verdadeiro».

Essa quantidade, a juntar à hora verdadeira para ter a hora legal, varia diariamente entre o máximo de 51 m e 4 s, em Fevereiro e o mínimo de 20 m e 22 s em Outubro.

E com a hora de Verão, não esquecer juntar mais uma hora. Razão têm os quadrantes solares, e é o seu título de glória, de poderem declarar, em suas divisas:

*Faço das noites, noites; dos dias, dias.
Só eu não cumpro as portarias.*



FIGURAS DE CERA

por ERNESTO SOARES

O curioso anúncio saído dos prelos da Impressão Régia de Lisboa em papel de dupla face, vermelha e branca, deve ser, sem dúvida, exemplar único entre as velharias desta nossa cidade, pela forma por que se encontra redigido, com o relevo literário de um soneto com os seus 14 versos perfeitamente rimados e ritmados a preceito. Não os cremos da inspiração do senhor Luís Chiappi, o artista expositor e escultor que nos põe a ouvir o chinês Tapôm, que com grande gritaria «atroando, desafina, fazendo nas ruas insólito ruído» e vendo-se «o Povo expectador de toda a parte concorrendo a ver objecto tão galante».

A verdade é que o senhor Chiappi, mais de uma vez apresenta uma galeria de figuras modeladas em cera, que parece terem sido bem aceitas pelo público alfacinha. O local escolhido para a exposição destas curiosas peças era na Rua do Loreto, num bazar onde se vendiam os mais variados artigos, conforme se declara na *Gazeta de Lisboa*, de 24 de Dezembro de 1810:

Na Galeria de estatuas de cera que ao publico tem manifestado a maior satisfação seu auctor Luiz Chiappi na rua direita do Loreto 1.º andar das casas n.º 72 se manifesta a bellissima estatua de Dom Sebastião Rei XVI de Portugal pelo preço de 40 réis por pessoa, desde as 10 da manhã até á uma da tarde, e das 4 até ás 9 da noite.

AVISO AO PÚBLICO.

O Tapôm, famoso Chino, verdadeiro Retrato feito em cêra; este geralmente conhecido nesta Capital de Lisboa: juntamente quatro Figuras mais, que se verão na galeria de Estatuas, posta na Rua direita do Lorto, Num. 72.

Esta nova peça completa cada vez mais o brilhantismo da galeria: D. Luiz Chiappi em agradecimento aos favores, com que tão constantemente o tem honrado este illuminado Público, mostra que huma das novas Figuras representa o Retrato da Heroína Dona Maria Manuela Sanches, aquella valorosa, e intrepida mulher, que soube resistir á honrosa defenza de Saragoça, manobrando a bateria como hum valoroso Artilheiro, quando a dita Cidade se defendia contra os Francezes.

Adverte-se, que a entrada será a 60 reis, para maior commoda do respeitavel Publico.

De manhã desde as dez horas até á humas; e de tarde desde as quatro horas até ás dez da noite.

Pela Estatua de hum Chino, por alcunha chamado Tapôm, feita em cêra pelo Senhor Chiappi.

SONETO.

Este he Tapôm, de todos conhecido,
Que veio ao Têjo da remota China,
Cuja voz, que atroando desafina,
Nas ruas faz insólito ruido:

Elle os olhos assim vira atrevido,
Se de rapazes vem turba maligna;
E ás vezes enfurece, e desatina,
Ou se vê socegado, e comedido:

Quando contemp'o expresso o seu semblante,
Com novo esforço de admiravel arte,
Digo: Não pôde ser mais semelhante:

O Povo Espectador de toda a parte
Concorre a ver objecto tão galante;
E contente, a Tapôm louvor comparte.

L I S B O A

NA IMPRESSAM REGIA.

Com licença.

Esta patriótica escultura deve ter sido anterior à agora annunciada pelo Tapôm que salienta o retrato da heroína *D. Maria Manuela Sanchez*, valorosa e intrépida mulher «que monobrava uma bateria como hum valoroso artilheiro, quando a cidade de Saragoça foi atacada pelos franceses».

Efectivamente, este ataque dirigido pelo marechal Moncey em Dezembro de 1808 teve de ceder perante a resistêcia dos habitantes, obrigando Napoleão a substituir o comando pelo do conhecido marechal Lannes, que mandou bombarder a cidade e arrasar o Convento das Capuchinhas Descalças de São José. Tal desumanidade dos franceses revoltou o povo saragoçano, salientando-se o elemento feminino que soube resistir até Fevereiro de 1809, data em que a cidade foi então

tomada pelo marechal Suchet com requintes de ferocidade bem característicos das invasões francesas na Península.

Anos depois o *Bazar Lemer*, onde se realizavam as exposições, publicava no *Diário do Governo* anúncios em que se reclamavam os mais heterogéneos produtos que prolongavam a vida até ao 130 anos, e isto apenas por 140 réis cada vidro, e um emplasto que tirava a tosse, as dores de cabeça, o cansaço e a asma por 140 réis cada garrafa: Que pena ter-se perdido a receita!

Este processo escultural com o emprego da cera para representação de figuras humanas, irracionais e produtos vegetais teve grande aceitação entre os artistas, não só pela ductilidade da matéria empregada como pela rapidez da execução e facilidade do colorido. Amadores cujos nomes se perderam por completo, foram os artistas encarregados pelos doentes ou pelas colectividades religiosas de figurarem total ou parcialmente os corpos afectados pela doença ou factos em que houve real ou suposta intervenção divina. São por milhares estas e outras produções de valor artístico que todos conhecemos pela simples designação de *ex voto* (ex voto suscepto), esculpidas ou pintadas, pendentes aos lados dos altares ou nas sacristias e outras dependências das nossas igrejas ou capelas. E de lamentar é que se não inventariem e, possivelmente, reproduzam em livros ou revistas essas manifestações de arte popular.

Mais artísticas se apresentavam figurações de pessoas notáveis, incluindo as dos monarcas, ou factos históricos, como ainda hoje se podem observar no célebre Musée Grevin em Paris, em cujos catálogos se descrevem e reproduzem as de tamanho natural dos grandes corifeus da Revolução Francesa. Recordo-me de ter visto, há anos, muitas destas manifestações expostas em barracas de feira aqui e na província e da curiosidade que elas despertavam entre os frequentadores.

Raras são hoje estas produções existentes ainda nos palácios reais e passam quase sempre despercebidas dos visitantes. No nosso *Dic. de Iconografia* deixamos descritas várias destas esculturas:

D. JOÃO VI — Busto de 50 cm de alto, rosto glabro com coroa láurea fechada por comprida fita caída até aos ombros. Assenta num pedestal de madeira onde se lê: «Imper. Reg. Fideliss. Ioan Patri Pietiss. Artium Patrono benemerenti — D. A. M.DCCC XXVI». No

verso está assinado: «Joaquim Rafael — 1.º Pintor da Camara e Corte Fes».

D. CARLOTA JOAQUINA — Busto de 40 cm sobre pequeno pedestal cilíndrico, visto de frente, cabelo em rolos, seguros na retaguarda por um alto pente. Traja vestido com gola de folhos, ostenta grã-cruz e comenda. No pedestal lê-se: «Carlota Joaquina R^a — 1831 — J. Rafael».

Ambas as esculturas se encontram no Palácio de Ajuda e vêm descritas no respectivo *Roteiro* com a indicação: «Impressionam pelo realismo os dois bustos de cera de D. João VI (1826) e de D. Carlota Joaquina (1831) modelados por Joaquim Rafael da Costa».

Em Vila Viçosa havia também bustos iguais.

D. JOÃO VI — Na preciosa colecção Mac-Bride existe uma composição em cera cor-de-rosa dum medalhão de 120 mm representando a coroação do monarca sentado num grande cadeirão entre as figuras da Europa, Ásia e América, tudo numa larga moldura quadrada encimada por coroa e escudo reais. Na retaguarda tem colado um curioso reclamo do cabeleireiro Plane:

Eau de Sedan composée par Plane coiffeur de la Famille Royale. Ce tableau été présenté a Son Altesse Madame la Princesse Leopoldina Archiduchese d'Autriche princesse Royale ... en 1819 par le même Plane à lisebone an 1845...

D. JOÃO VI — Na Fundação Ricardo Espírito Santo há também uma miniatura em cera por *Carlo Amatucci* com um retrato do monarca, ainda jovem, em busto de perfil à direita, fardado e de grã-cruz.

Na *Biographia Artistica de Joaquim Rafael* (Lisboa, 1868), por João José dos Santos, reproduz-se uma certidão assinada por A. Herculano declarando a existência no Gabinete de Leitura de Suas Majestades na Real Biblioteca da Ajuda, guardados com a devida decência, de quatro bustos modelados em cera de: D. Maria I, D. João VI, D. Carlota Joaquina e D. Pedro, Duque de Bragança.

Bicentenário do Nascimento de um célebre Artista Olisiponense

COMPLETARAM-SE em 24 de Março do ano em curso dois séculos sobre a data do nascimento do compositor português que maior fama conquistou no estrangeiro: Marcos Portugal, que, além de altamente honrar o nome do País, enobreceu a cidade que lhe foi berço. Os primeiros triunfos colheu-os entre nós; mas foi sobretudo durante os anos que viveu em Itália, mercê de uma pensão régia, que pôde ampliar a sua obra de música dramática e impô-la nos mais afamados centros. Lá escreveu e fez cantar vinte e uma óperas, aplaudidas em Nápoles, Florença, Milão, Veneza, Verona... Foram triunfos que se repetiram em outros países, podendo ser apontadas como cidades em que eles se registaram, Dresda, Viena, Hamburgo, Londres, Madrid, S. Petersburgo... De regresso à Pátria, cheio de prestígio, logo foi nomeado regente da Capela Real e do Teatro de S. Carlos, onde a sua acção contribuiu largamente, pelas obras originais e pela orientação que imprimiu à nossa primeira cena lírica, para o renome que esta conquistou e veio a manter-se durante largo tempo.

Não tendo acompanhado a corte, quando esta se transferiu para o Rio de Janeiro, foi mais tarde juntar-se-lhe, sempre admirado e favorecido por D. João VI. Não regressou a Lisboa com o monarca, certamente devido à doença que gravemente o atingira, vindo a falecer naquela cidade em 1830. Sepultado no Convento de Santo António, ignorou-se durante muito tempo onde precisamente se encontravam os seus restos mortais, só bastantes anos decorridos descobertos casualmente pelo Barão

de Porto Alegre, que os fez encerrar numa urna. Hoje repousam na cripta da igreja de Santa Isabel, de Lisboa, para onde foram trasladados mercê da campanha iniciada pela revista *Portugal*, do Rio de Janeiro, em 1925



MARCOS PORTUGAL

*Miniatura, de autor anónimo, existente no
Museu do Conservatório Nacional, de Lisboa*

(ao avizinhar-se o centenário da morte do compositor) e apoiada pelos Centros Regionais Portugueses. Esta homenagem não teve a grandiosidade prevista pelos que lançaram a ideia — por motivos cuja descrição

ficaria deslocada neste lugar —, mas marcou nobilíssima e patriótica atitude da colónia portuguesa. Além de Rui Chianca, que entusiásticamente a defendeu, devem citar-se Hermínio do Nascimento, Viana da Mota, Bento Carqueja, o Comendador António José da Silva e o Conde de Pinheiro Domingues entre os que, em Portugal e no Brasil, maior interesse lhe votaram.

A obra de Marcos Portugal é quase desconhecida hoje. A primeira vez que páginas da sua autoria se ouviram no presente século foi, salvo erro, no concerto histórico de música portuguesa, realizado em 6 de Abril de 1914, pela Orquestra Blanch, no Teatro da República. No ano seguinte, o programa do notável serão de arte portuguesa antiga, promovido pela Federação Académica de Lisboa no Teatro de S. Carlos em 25 de Março, incluiu trechos do célebre Mestre. Maior homenagem lhe foi prestada no concerto comemorativo do centenário da sua morte, no Teatro Politeama, em 9 de Fevereiro de 1930, organizado e dirigido pelo maestro Joaquim Fernandes Fão, no início do qual proferiu notável conferência Mário de Sampayo Ribeiro. A montagem da ópera *Ouro Não Compra Amor* em S. Carlos no ano de 1953, cantada por artistas italianos, e a sua repetição no ano seguinte por portugueses, foi iniciativa merecedora de grande elogio, não obstante certos pormenores que nela se verificaram. Bem servirão a cultura portuguesa quantos diligenciarem tornar conhecida a música portuguesa deste e de outros autores notáveis do passado.

De Marcos Portugal muito há ainda que dizer, mas muito mais ainda que conhecer. Profundamente versado na sua arte, muito hábil na escrita dos recitativos e na condução das vozes, particularmente feliz nos efeitos de conjunto e coros — como judiciosamente acentua o programa da sobre-dita reposição em S. Carlos de uma das mais interessantes óperas devidas ao seu engenho —, o compositor calculava com poesia e acerto o partido a tirar das situações dramáticas. Não desempenhou o papel de precursor mas foi, no entanto, um artista de projecção mundial que figurou a par dos maiores da sua época.

Orgulhosa deve sentir-se Lisboa pela celebridade deste seu tão ilustre filho!

J. E. S.

EM QUE SE FALA DOS ANTIGOS PAÇOS REAIS

por MÁRIO COSTA

MUITOS foram os paços, estabelecidos em Lisboa e suas proximidades, e até em muitos pontos do País, onde viveram as famílias reinantes.

Entre os que desapareceram — levados pelo camartelo ou pelo sismo fatal — podem citar-se os paços de S. Bartolomeu, da Alcáçova, da Casa de Bragança, dos Estáus (da Regência ou da Inquisição), de Santo Elói (ou dos Loios), da Ribeira (o mais sumptuoso de todos), das Escolas Gerais (do Infante ou da Moeda Velha), de Alcântara (ou do Calvário), do Corte Real (dos Cortes-Reais, do Corpo Santo ou do Senhor Infante) e dos Duques de Bragança (ou do Tesouro Velho).

O paço de madeira, no Alto da Ajuda, erguido para habitação de D. José I, após o Terramoto, foi levado pelas chamas de um incêndio, em 1795. E os paços do Corte Real e de Caxias, pertencentes à Casa do Infantado, foram incorporados nos bens da Coroa, pela lei de 1833.

Antes da construção dos Paços de S. Bartolomeu, junto à igreja de Santa Maria Maior, existiam as chamadas *Casas do Rei* que serviram também para habitação dos nossos primeiros reis, sempre que pousavam em Lisboa. Ainda se nomeiam outras *Casas do Rei*, que se situaram a meio da velha Praça do Pelourinho, onde desembocava a Rua Nova, mas não se sabe ao certo se se destinariam ao mesmo fim.

Mantêm-se de pé, embora com profundas alterações, os paços de Sintra (da vila), da Pena (Castelo de Sintra), de Cascais (cidadela, antiga

fortaleza), Queluz, Necessidades, Belém e Ajuda. Os de Mafra, Xabregas (ou Enxobregas), Caxias, A-par-S. Martinho (do Infante, da Moeda Nova ou dos Infantes) e Bemposta (ou da Rainha), ainda incorporados no patrimônio nacional, têm serventia diferente daquela que primitivamente lhes destinaram; o de Lisboa (ou do Terreiro do Paço), que D. Maria I utilizou a partir de 1780, ficou em parte destruído pelo incêndio dos antigos Paços do Concelho; e os do Luminar, Santos-o-Velho e S. Cristóvão, com as suas fisionomias transformadas, são propriedades particulares.

O primeiro paço de Xabregas e os que se situavam em Salvaterra, Alfeite, S. Domingos de Benfica, Belas, Lumiar, Caxias, Ramalhão (comprado por D. Carlota Joaquina) e Santos-o-Velho, eram considerados casas de campo.

O Estado adquiriu, nos últimos anos, os palácios do Patriarca (ou do conde de Burnay), das Laranjeiras (ou do conde de Farrobo), do marquês da Foz (de Castelo Melhor ou dos Restauradores) e do Sotto-Mayor (na Calçada da Estrela). Nos primeiros estão instalados diversos serviços públicos e o último destina-se a moradia oficial dos presidentes do Conselho de Ministros.

Perante lista tão extensa, e sem ir ao encontro de distantes lugares, como Almeirim, Alpiarça, Santarém, Leiria, Coimbra, Porto, Guimarães e outros mais, ver-se-á como se dispersou, por todo o País, a Corte dos nossos Maiores, os senhores da Coroa e dos destinos de Portugal.

De todos esses paços reais, onde tantos e tantos acontecimentos se desenrolaram, alguns dos quais marcaram a consolidação da nossa nacionalidade, aprez-nos distinguir quatro desses casarões, entre os mais antigos, para deles dar uma pequena notícia histórica, ficando os restantes para trabalho futuro.

Escutemos, pois, os paços da Alcáçova, A-par-S. Martinho, dos Estáus e da Ribeira.

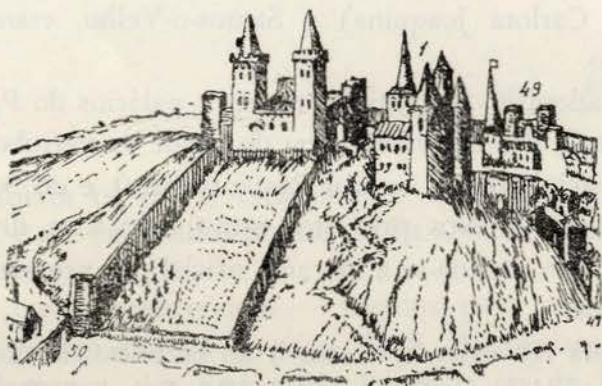
O PAÇO DA ALCAÇOVA

ESTE paço deve-se à iniciativa de D. Afonso III (o primeiro rei que estabeleceu a corte em Lisboa) — é a conclusão que se tira do que escreveu

Mestre Júlio de Castilho ⁽¹⁾. Foi fundado por D. Dinis — diz o também erudito Vilhena Barbosa ⁽²⁾.

Júlio de Castilho, firmando-se na sua opinião, acrescenta que a D. Dinis teria cabido a ampliação, renovação e melhoramento daquela residência paçã, que já herdara de seu pai ⁽¹⁾.

Voltando a consultar Vilhena Barbosa, deparamos com a informação de que D. Afonso III fundou, sim, o paço de S. Bartolomeu, «o primeiro que se construiu em Lisboa» e que ficava «contíguo à igreja paroquial da mesma invocação, que lhe servia de capela real, tendo um passadiço, que dava comunicação para uma tribuna da capela-mor» ⁽²⁾.



O Paço da Alcáçova. Desenho conjectural de Augusto Vieira da Silva, baseado em vistas antigas (Lisboa Antiga, 2.^a ed., 4.^o - 136)

Júlio de Castilho não contrariou esta afirmação — disse até que «escritores de muita gravidade» assim têm pensado — mas fez a declaração de que não tinha encontrado «documento que o provasse» ⁽³⁾.

A corte, nos primeiros anos da nacionalidade, depois de sair de Guimarães, instalou-se em Coimbra. E D. Afonso Henriques, quando vinha a Lisboa, «pousava sempre em umas casas de modesta aparência, que ficavam próximas da que fora mesquita, e que ele reedificara, convertendo-a em Sé» ⁽⁴⁾.

Os monarcas que sucederam ao rei conquistador (D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II), «seguiram o mesmo exemplo, conservando

⁽¹⁾ Lisboa Antiga, vol. IV, pág. 51.

⁽²⁾ Estudos Históricos e Arqueológicos, vol. II, pág. 200.

⁽³⁾ Lisboa Antiga, vol. XI, pág. 85.

⁽⁴⁾ Estudos Históricos e Arqueológicos, vol. II, pág. 199.

a sua corte em Coimbra, e contentando-se, quando vinham a Lisboa, com a humilde pousada do fundador da monarquia» (5).

Deste modo, graças a D. Afonso III ou a D. Dinis, o paço da Alcáçova, mostrou-se grande «na arquitectura, no gosto, e nas alfaias», e podia comparar-se «ao que de mais primoroso se encontrasse por então na Europa culta» (6). D. Manuel I foi o último rei que dele fez residência permanente e oficial.

Que festas não viram os salões da Alcáçova! Descrevê-las todas, se acaso nos tivessem deixado apontamentos autênticos os seus contemporâneos, seria o mais admirável estudo do viver sumptuário de outras eras, a mais preciosa galeria de quadros que podiam correr os pintores, os poetas, os dramaturgos, os historiadores, os curiosos. Infelizmente, só fragmentos de notícias restam entre os escombros das idades. (7)

Alcáçova e Castelo constituíam um todo. Uma sofria com os revezes do outro, como esse conjunto se enchia de regozijo com os triunfos da grei. Castelo de S. Jorge lhe chamou D. Afonso Henriques, em louvor do padroeiro, a quem o fundador da nacionalidade ofereceu os louros da vitória alcançada sobre os mouros.

O alcaide-mor de Lisboa, a quem incumbia a defesa da cidade de Lisboa e do seu Castelo, residiu primeiramente na Torre de Menagem, e, no próprio paço, depois que D. Manuel I o abandonou.

Como demonstrámos em trabalho anterior (8), numa das dez torres ou cubelos do Castelo, se encerrava o Tesouro de Guerra, e aí se acumulavam as reservas dos réditos do Estado, à ordem do monarca reinante, «para defender seu reino e fazer guerra quando lhe cumprisse, sem agravo e dano de seu povo» (9). *Torre do Tesouro* lhe chamou Rui de Pina (10), e *Torre Albarrã* e *Torre do Haver* a designou Fernão Lopes (11).

Na opinião do erudito Vieira da Silva, a torre que a tal se destinava era a maior de todas, conhecida por *Torre de Ulisses*, «que fica junto da porta principal», também utilizada para «depósito ou cofre dos pro-

(5) *Lug. cit.*, pág. 200.

(6) *Lisboa Antiga*, vol. iv, pág. 53.

(7) *Lug. cit.*, pág. 52.

(8) «O Tesouro de Guerra no Castelo de S. Jorge», in *Olisipo*, n.º 85.

(9) *Crónica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes, cap. xii.

(10) *Crónica de D. Dinis*, cap. xxxi.

(11) *Crónica de D. Pedro I*, cap. xii; *Crónica de D. Fernando*, cap. xlix.

duos dos impostos e das rendas reais» (12), e por isso chamada «casa-forte das receitas do Estado» (13).

À citada *Crónica* de Rui de Pina se reportou Júlio de Castilho, esclarecendo que a *Torre do Tesouro*, com o nome de *Torre do Tombo*, serviu igualmente para guarda e depósito das escrituras, documentos e livros desde os primeiros tempos da monarquia, vindo a chamar-se Real Arquivo da Torre do Tombo (14).

O palácio desmoronou-se com o Terramoto, e, na sua reconstrução, serviu para quartel, sofrendo com os tempos várias modificações, até que, nos últimos tempos, foi desafrontado e de certo modo reposto na traça antiga, assim como o Castelo.

O PAÇO DE A-PAR-S. MARTINHO, DO INFANTE, DA MOEDA NOVA OU DOS INFANTES

JÚLIO DE CASTILHO dá este paço como existente em tempo anterior a D. Dinis (15). Mas há quem atribua essa obra a D. Pedro I, quando este rei, cognominado o «Justiceiro ou Cru», veio para Lisboa, depois da morte da sua Inês (16).

Este *paço dos Reis* é o actual *Limoeiro*, já assim citado por Garcia de Resende, na *Crónica de D. João II*, que atribuiu a origem desse nome a uma grande árvore que aí existia.

O nome primitivo provém da circunstância do paço ficar fronteiro à desaparecida Igreja de S. Martinho, uma das mais antigas de Lisboa, para a qual se comunicava por um passadiço (17). Chamou-se-lhe *da Moeda* (18), com fundamento no facto de, no século XIV (depois da morte de D. Fernando, ou ainda em sua vida, sendo o fabrico em qualquer dependência da parte inferior do palácio), se ter instalado lá a cunhagem da moeda, perdurando essa função cerca de 20 anos (19). Também se atribui essa utilização ao tempo de D. Afonso V (20).

(12) *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, págs. 40-42.

(13) «Restauro do Castelo de S. Jorge», in *Revista Municipal*, n.º 3.

(14) *Lisboa Antiga*, vol. IV, págs. 116 e segs. e 144 e segs.

(15) *Lug. cit.*, vol. IX, pág. 50.

(16) *O Universo Ilustrado*, vol. IV, pág. 151, estudo de Silva Pereira.

(17) *Lisboa Antiga*, vol. IX, pág. 18.

(18) *Paço da Moeda Velha*, foi o das *Escolas Gerais*, também chamado *do Infante e da Pedreira*.

(19) *Lisboa Antiga*, vol. IX, pág. 21.

(20) *Dicionário Portugal*, vol. IV, pág. 356.

A denominação de *paço dos Infantes* foi-lhe dada por ter sido destinado a moradia dos infantes D. João e D. Dinis, filhos de D. Pedro I e de Inês de Castro e não dos filhos de D. João I, os infantes D. Duarte (herdeiro do trono), D. Pedro e D. Henrique. Estes habitaram-no, sim, mas mais tarde, depois de reedificado, quando o nome já estava divulgado. Assim o demonstrou Júlio de Castilho, pondo de parte os dizeres de Vilhena Barbosa, em cujas *águas* também *navegou* Eduardo Freire de Oliveira ⁽²¹⁾.



O Paço do Limoeiro. Desenho aguarelado do pintor Ribeiro Cristino (Lisboa Antiga, 9.º - 58)

Foi neste paço, onde a 22 de Outubro de 1383 se registou o falecimento do rei «Formoso», que o Mestre de Avis, a 6 de Dezembro seguinte, tirou a vida ao Conde de Andeiro, que ameaçava a independência da Nação. O acto foi cometido, segundo parece, na Sala das Colunas, que se transformou em prisão n.º 1.

D. João I residiu, neste Paço, enquanto no da *Alcáçova* se procedia a obras de restauro. D. Duarte, que enquanto infante também aí residiu,

⁽²¹⁾ *Lisboa Antiga*, vol. IX, págs. 18-20; *Arquivo Pitoresco*, vols. IV, pág. 108, e VI, pág. 102; *Elementos*, vol. II, pág. 180.

dispensou-o às Comendadeiras de Santos; D. João II adoptou-o como moradia, antes de o destinar a Cadeia Civil; D. Manuel cedeu-o à Casa da Suplicação, sem prejuízo da Cadeia, que era nos baixos; e D. João V permitiu que aí se instalasse o Tribunal da Relação ⁽²²⁾.

Alguma coisa da obra inicial e as reedificações mandadas fazer por D. Manuel e D. João V, ruíram quase por completo, com o terramoto de 1755. Depois de grande reconstrução, levada a cabo muitos anos depois, deu-se ao antigo paço, em todas as dependências, um dos seus velhos préstimos, o de prisão civil, que ainda perdura.

O PAÇO DOS ESTÁUS, DA INQUISIÇÃO, DA REGÊNCIA OU DO TESOURO

HÁ opiniões divergentes quanto à individualidade a quem se ficou devendo a fundação do *paço dos Estáus*.

Para Vilhena Barbosa, essa ideia partiu do infante D. Pedro, duque de Coimbra, filho de D. João I, quando, de 1438 a 1446, esteve no exercício das funções de regente do Reino, devido à menoridade do sobrinho, Afonso de nome e 5.º na ordem onomástica ⁽²³⁾.

Mas Júlio de Castilho não pensava assim, como se demonstra com estas palavras:

A ideia da construção do paço dos Estáus é mais antiga que a regência do infante D. Pedro. A este ilustre e sempre venerando príncipe comumente se atribui essa construção; mas o que não tem dúvida nenhuma é que já el-Rei D. Duarte, logo nos princípios do seu reinado, tinha em mente, e mais do que em mente, a dita obra. Prova-o à evidência uma sua carta régia de 8 de Abril de 1434, em que se estabelece uma consignação anual *para as obras do Estáu*. Essa carta régia não a encontrei, mas refere-se a ela, com a maior clareza, outra de 9 de Junho de 1439, em que o menor el-Rei D. Afonso V, por mão de seu glorioso tio o regente, eleva a oito contos de libras a consignação anual acima referida, mas ordena que *d'hi endiante despendam os ditos dinheiros em outras obras da dita cidade com nosso acordo e per nosso mandado*. ⁽²⁴⁾

Lisboa — onde só no século XVII se fixou definitivamente e sem interrupção a corte lusitana — não tinha alojamentos próprios para instalar

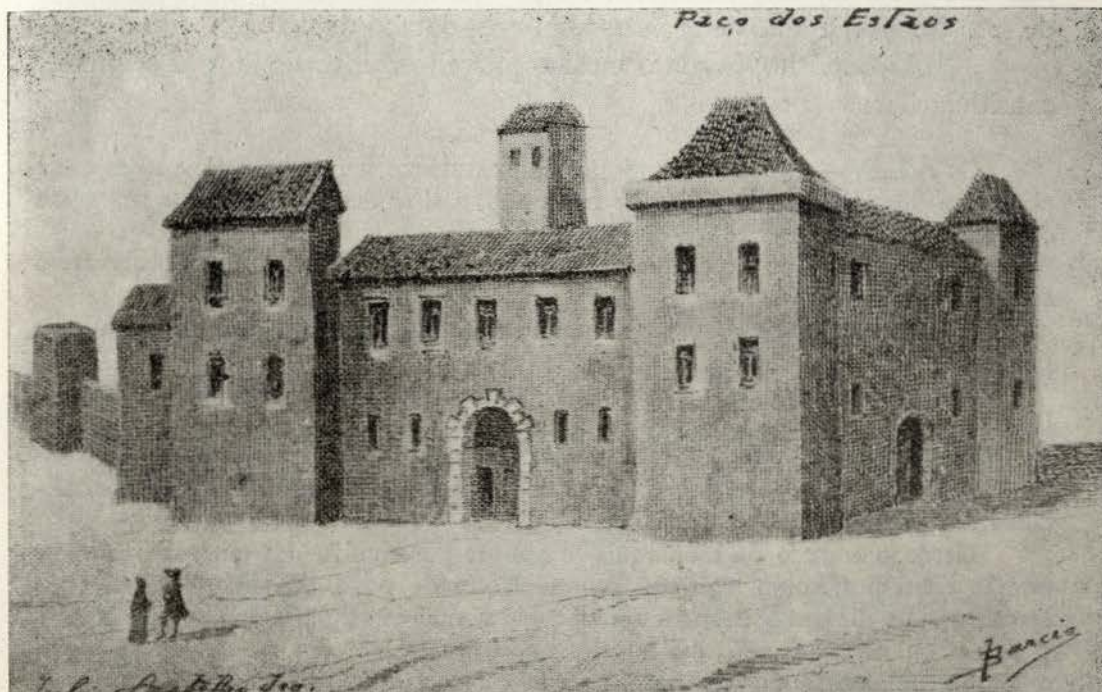
⁽²²⁾ *Lisboa Antiga*, vols. IX, págs. 29-30, 50 e segs., e X, pág. 59; *Dicionário Português*, vol. IV, pág. 356; *O Universo Ilustrado*, vol. IV, pág. 151.

⁽²³⁾ *Estudos Históricos e Arqueológicos*, vol. II.

⁽²⁴⁾ *Lisboa Antiga*, vol. X, págs. 32-33.

os membros da comitiva e serviço de el-Rei, quando o seu número ia além das possibilidades do paço real; ou para alojar os viajantes estrangeiros de categoria e ainda para os embaixadores que até nós eram enviados, no desempenho de missões especiais, antes de se estabelecer o uso da reciprocidade de representações diplomáticas.

Até então, — não só em Lisboa como nas terras onde acidentalmente o rei assentava a corte, — os conventos e as casas dos grandes do reino é que serviam para o efeito, e a sua escolha ou requisição, causava grande desespero aos seus moradores certos ou proprietários.



O Paço dos Estaus. Desenho à pena de Júlio de Castilho (O Bairro Alto, 2.^a ed. - 5.^o)

A escolha e requisição das aposentadorias era feita por um alto funcionário com a categoria de aposentador-mor.

Foi precisamente no já citado ano de 1439 — em Dezembro — «que as cortes de Lisboa resolveram pedir para a capital a regalia de lhe serem tiradas as *aposentadorias*, que eram uma espécie de onerosíssimo tributo pago pelos particulares, em espécies diversas, sempre que o rei, ou algum muito grande senhor, se deslocava em viagens pelo reino» ⁽²⁵⁾.

(25) *Lug. cit.*, pág. 33.

Eram muitos os protestos. «Já no século XIII se queixava o clero da violência com que, menoscabando as imunidades eclesiásticas, íam os oficiais, ricos-homens e cavaleiros do séquito real, e às vezes quem não pertencia a ele, aposentar-se nas residências dos bispos, dos cónegos, e de outros membros do clero, sempre que el-Rei entrava em alguma cidade, vila ou lugar» ⁽²⁶⁾.

Eduardo Freire de Oliveira dá a conhecer a carta régia de 24 de Novembro de 1414, em que «a instâncias do concelho proíbe el-rei que os mestres, condes, ricos homens, cavaleiros e outros fidalgos, quando *pousassem* na cidade, tomassem roupas ou mantimentos contra vontade de seus donos», e ainda cita outro diploma, datado de 22 de Abril de 1421.

A propósito, borda o mesmo proveitoso investigador as seguintes considerações:

Os nobres — ricos-homens, infanções, cavaleiros, etc. — nas povoações onde pousavam, invadiam as moradas dos burgueses, e aí se demoravam com a sua gente o tempo que lhes parecia, usando como em país conquistado.

Era uma medida económica que muito lhes quadrava, e que observavam com um certo rigor.

Apoderavam-se da roupa; e se por ventura alguma vez a restituíam era sempre suja e esfarrapada.

Lançavam mão das forragens, do vinho e de tudo o mais que podiam e lhes convinha, e que sistematicamente não repunham.

Estas violências eram o característico da nobreza daqueles tempos, e condiziam com a sua feroz ignorância, e com os seus hábitos rudes e selváticos refortalecidos nas guerras e nas correrias.

Desde o começo da monarquia, e sempre por motivo das queixas e súplicas que os concelhos, como legítimos representantes do povo, dirigiam à coroa, eram frequentes os diplomas da natureza daquele a que esta nota alude, o que mostra o pouco ou nenhum caso que aquelas entidades faziam dos mandados de el-rei, quando estes íam de encontro às suas conveniências. ⁽²⁷⁾

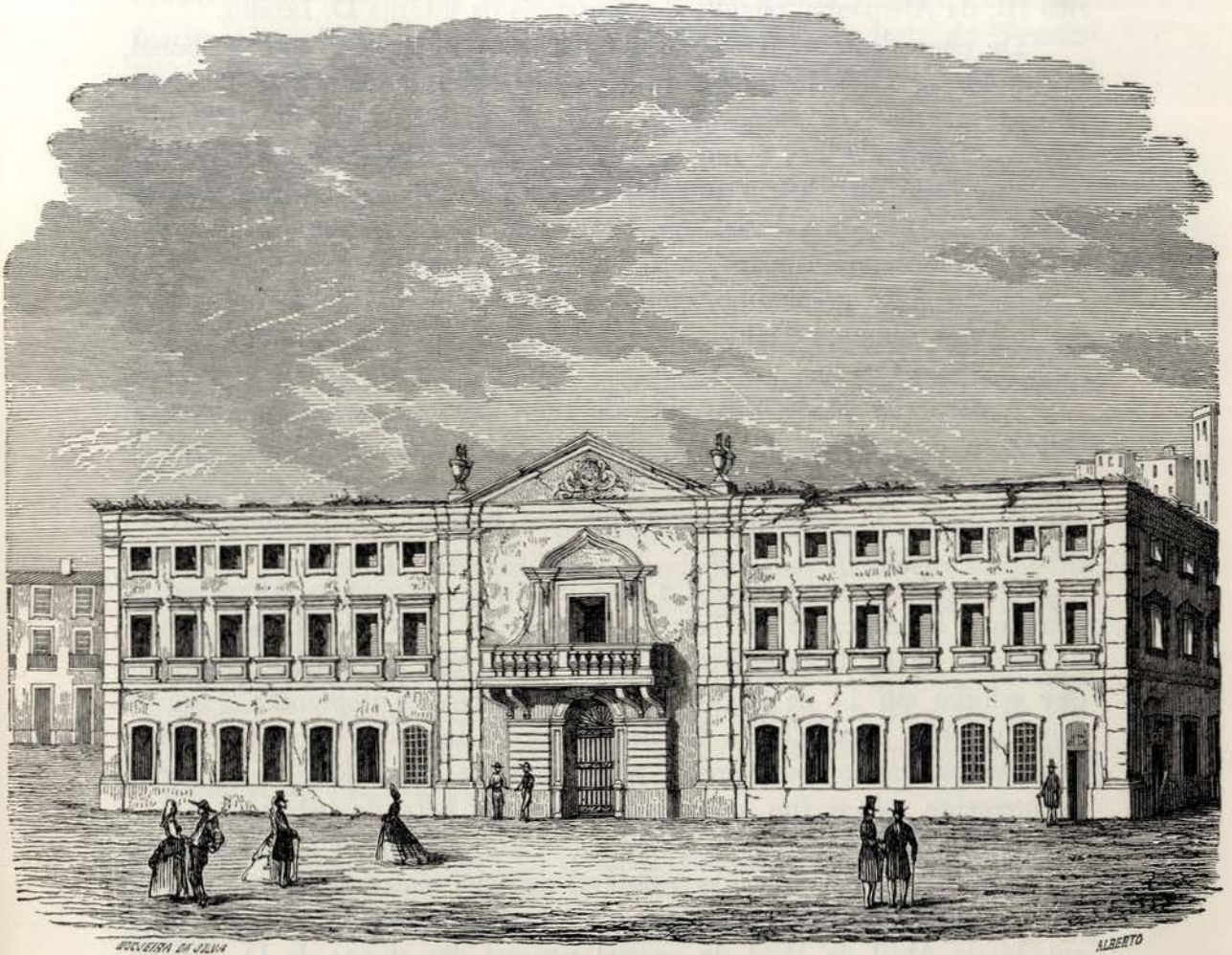
Fosse ou não D. Pedro o promotor do melhoramento, o que é certo é que se interessou por ele. A sua morte prematura, na batalha de Alfarrobeira, não o deixou realizar a ideia, sendo D. Afonso V, por Alvará de 13 de Outubro de 1449, quem ordenou a edificação do que se chamaria Paço dos Estáus.

E assim se designou, porque a «palavra significava naquele tempo *hospedaria*, e derivava do antigo vocábulo português *hostau*, que signi-

⁽²⁶⁾ Idem, idem, págs. 37-38.

⁽²⁷⁾ *Elementos*, vol. I, pág. 249.

ficava casa de hospedagem ou aposentadoria pública» ⁽²⁸⁾. No dicionário de Cândido de Figueiredo encontra-se esta definição: «Casa, em que se aposentava a Corte e os Embaixadores. Estalagem.»



O Paço da Inquisição. Desenho de Alberto. Gravura de Nogueira da Silva
(*Archivo Pittoresco*, 6.º - 37)

O paço dos Estáu's foi construído em terrenos que enquadravam o lado norte do Rossio — é esta a informação dominante. Mas também

⁽²⁸⁾ *Estudos Históricas e Arqueológicos*, vol. II, pág. 204.

se crê que era «o edifício dos Arcos do Rossio, aos lados da igreja do hospital de Todos-os-Santos» (29).

Há quem afirme que este palácio, que chegou a servir para a celebração de alguns casamentos, foi estreado pelos embaixadores de Frederico III, da Alemanha, quando dos esponsais da infanta D. Leonor.

De paço dos Estáus passou a palácio da Inquisição, cujo Tribunal, instituído por D. João III, para aqui foi transferido em 1584. Das suas janelas assistiam os reis, muitas vezes, à passagem da procissão dos Passos, oferecendo-lhes o inquisidor-geral magníficos refrescos (30).

Este histórico edifício, um dos mais célebres da capital, que também serviu a Senado da Câmara em 1741, ruiu com o terramoto de 1755, sucedendo-lhe uma construção de maiores dimensões e melhor arquitectura, no gosto pombalino, delineado por Carlos Mardel. Continuou a servir como Tribunal da Inquisição, até ao ano de 1820, em que se extinguiu o Santo Ofício.

A partir de 29 de Novembro de 1807, data em que a Família Real embarcou para o Brasil, numa parte do palácio da Inquisição, quando esta já estava em declínio, instalaram-se os representantes da Regência em Portugal. E, desde então, o edifício passou a ser conhecido por *palácio da Regência*.

Outro facto ficou ligado a este imóvel que, quando desaparecido, deu lugar à edificação do Teatro Nacional de D. Maria II: por ocasião da revolta de 15 de Setembro de 1820, de seguida à revolução do Porto, que eclodiu em 24 de Agosto, com o objectivo de implantar o regime constitucional, o palácio da Inquisição ou da Regência foi ocupado pelo governo provisório, proclamado pelo povo em pleno Rossio. E, consequentemente, pôs-se fim à Inquisição e ao seu nefando tribunal.

A luta entre absolutistas e liberais, fez do *palácio do Governo*, como depois passou a ser conhecido o notável edifício, teatro de novos acontecimentos, nomeadamente os de 11 e 17 de Novembro de 1820, servindo em 24 de Abril de 1824 de quartel general das tropas de D. Miguel.

Também aí esteve, em 1825, a Escola Normal de Ensino Mútuo e a Academia Real de Fortificações; e, já em 1826, a Escola do Exército. Depois da outorga da Carta Constitucional, em 29 de Abril de 1826, o antigo palácio da Inquisição foi destinado por D. Pedro IV à recém-

(29) *Lisboa Antiga*, vol. x, pág. 42. (Aditamento do Sr. A. Vieira da Silva, baseado num folheto de José Tomás de Aquino.)

(30) *Lisboa Antiga*, vol. x, pág. 55.

-criada Câmara dos Pares, de tal derivando nova denominação a de *palácio da Câmara dos Pares*, que não foi além de 1828, porque novos sucessos puseram fim aos princípios por que se regia a política iniciada anos antes.

Em 1829 foi utilizado para Secretaria da Intendência Geral da Polícia, e, finalmente, a partir de 1833, a casa que tão grande número de usufrutuários já conhecia, veio a servir de Tribunal e contadoria do Tesouro Público, à Secretaria da fazenda, à Comissão de Crédito Público e à Repartição do papel selado; e, em 14 de Julho de 1836, desaparecia na voragem de um incêndio ⁽³¹⁾.

O PAÇO DA RIBEIRA

ENTREMOS agora no *paço da Ribeira*, também chamado *paço da Casa da Mina*, por estarem esses «reais aposentos colocados sobre os armazéns aduaneiros da Mina» ⁽³²⁾.

Esse paço «foi por largo tempo testemunha discreta de muita cena íntima, de muito prazer, de muita agonia e até de algumas violências» ⁽³³⁾.

Não há a certeza da data em que esse histórico palácio ficou pronto a habitar pelo Rei D. Manuel I, seu fundador, mas tudo leva a crer que fosse em Dezembro de 1505. A essa conclusão chegou o venerável Mestre Castilho ⁽³⁴⁾.

O novo paço fora mandado edificar juntinho ao Tejo, na vizinhança da Ribeira das Naus, onde se construía as mensageiras do nome de Portugal, destinadas a visitar e descobrir as mais distantes paragens, dadas a conhecer ao Mundo, pelos Portugueses.

Parece não restarem dúvidas de que os primeiros aterros — começados no Terreiro do Paço — foram mandados fazer por D. Manuel. E também se considera provado que data desse tempo a expressão, nada académica, *mandar bugiar* — que deriva de *bugio*, nome dado a um cingho, também chamado *macaco*, e que se empregava nos trabalhos de aterros. Sabe-se que essa expressão ainda hoje se aplica em gíria popular, e sempre no sentido depreciativo para a pessoa a quem é dirigido.

⁽³¹⁾ *Estudos Históricos e Arqueológicos*, vol. II, págs. 224 a 227; *Lisboa Antiga*, vol. X, págs. 74-75; *Lisboa de Outros Tempos*, vol. II, pág. 246.

⁽³²⁾ *A Ribeira de Lisboa*, vol. II, pág. 132.

⁽³³⁾ *Elementos*, vol. II, pág. 186.

⁽³⁴⁾ *A Ribeira de Lisboa*, vol. II, págs. 126 a 130.

Se o leitor não tem um conhecimento perfeito e quer ter a noção de como era o primitivo *paço da Ribeira*, e como, sucessivamente, ficou parecendo, depois dos acrescentamentos mandados fazer por D. João III, seguidos dos engrandecimentos, ampliações e enriquecimentos ordenados pelos monarcas seguintes, D. Sebastião, os Filipes, D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V e D. José, pode consultar uma das grandes obras de Castilho, em que o assunto está, como sempre, admirável-



O Paço da Ribeira e um trecho do majestoso Terreiro do Paço. Grav. da obra «*Les Délices de l'Espagne & du Portugal*», de Colmenar (A Ribeira de Lisboa, 3.º - 104A)

mente tratado ⁽³⁵⁾. De todos aqueles soberanos, foi o rei Magnânimo o que mais se preocupou com a grandeza dessa residência paçã, dando à mesma o «maior esplendor» e transformando-a «numa espécie de Queluz

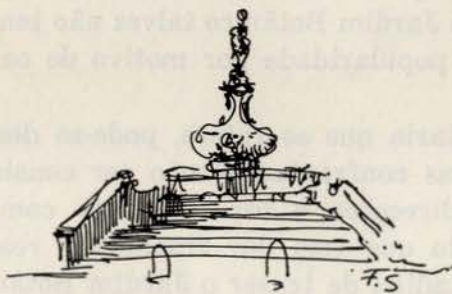
⁽³⁵⁾ *Lug. cit.*, vols. II, págs. 134 e segs., e III, págs. 5 e segs.

à beira do Tejo» (36). Seu filho, o «Reformador», também de vistas largas, dotou o mesmo paço «com um trato riquíssimo» (37).

Eram inúmeras as preciosidades aí existentes à data do grande sismo de 1755 e que totalmente desapareceram. Distinguiam-se entre todas, pelo seu valor incalculável, os panos de armar, colgaduras ou tapeçarias que revestiam as paredes de treze salas, três saletas, duas galerias, uma varanda, um corredor e duas escadas. Tudo era retirado no Verão, assim como os tapetes persas que cobriam todos os pisos, sendo esses substituídos por juncos verdes de Alcácer do Sal.

A todo esse recheio, que foi nosso e que a má sorte nos fez perder, se referiu, com pormenores, Júlio de Castilho, em *Lisboa Antiga e A Ribeira de Lisboa*; e, mais largamente, um autor espanhol, D. Diego Enriques de Vilhegas, no seu valioso estudo intitulado *Pyramide Natalicio e Baptismal*, sobre o qual bordaram interessantes considerações os ilustres olisipógrafos Luís Pastor de Macedo, em preciosas notas ao segundo dos citados trabalhos do grande Mestre, e Gustavo de Matos Sequeira, em *Tempo Passado*.

Neste paço, tão cheio de grandezas e prenhe de história, que um fenómeno da Natureza deitou por terra num fatal instante, faleceu D. Manuel I, o seu fundador, na noite de 13 de Dezembro de 1521. Dele saiu — pleno de fé ardente, com os olhos postos no altar da Pátria — para a derradeira e trágica jornada de Alcácer Quibir, em 14 de Junho de 1578, o moço rei D. Sebastião. E, duma das suas janelas, no venturoso dia 1 de Dezembro de 1640, foi proclamada a restauração de Portugal, banindo para sempre o domínio espanhol.



(36) Idem, vol. II, págs. 100-166.

(37) Idem, idem, pág. 166.

O JARDIM BOTÂNICO

Não teve ainda o devido e merecido relevo uma notícia da mais alta transcendência dada recentemente a lume. O Ministério das Obras Públicas, em Portaria de 6 de Junho de 1962, estabeleceu as futuras limitações do Jardim Botânico e definiu a respectiva zona de protecção.

Esse admirável museu vivo das espécies botânicas recebeu as primeiras plantações em 1873 por iniciativa dos professores Andrade Corvo e Conde de Ficalho e veio a adquirir grande nomeada nos meios científicos da especialidade. Tornou-se um recinto imensamente aprazível pelas suas sombras acolhedoras, pelos delicados perfumes das plantas e das flores e por ser um deleite de contemplação para a vista.

Simplesmente o Jardim Botânico talvez não tenha até hoje gozado de uma verdadeira popularidade por motivo de os seus acessos ficarem fora de mão.

Segundo a portaria que se refere, pode-se desde já admitir que a sua área e as suas confrontações vão ser consideravelmente alargadas em várias direcções e especialmente com a integração do Parque Mayer, facto que vem dar finalmente realidade à grande e antiga aspiração cidadina de trazer o Jardim Botânico até ao coração da Avenida da Liberdade.

Não se julga que possa ser uma obra de execução imediata, mas vê-se que as instituições da administração pública tomaram os interesses da cidade e da ciência no devido apreço, promulgando o

instrumento legal que permitirá operar as indispensáveis movimentações.

No dia em que os lisboetas e os visitantes nacionais e estrangeiros encontrarem um acesso fácil e elegante ao Jardim Botânico, a partir do centro da Avenida da Liberdade, esse recinto passará a ser um ponto obrigatório de visita, tanto ou mais concorrido que qualquer outro jardim da cidade, além dos grandes benefícios de salubridade que vai levar aos bairros confinantes, de densa população, actualmente desprovidos dos convenientes logradouros.

É esta uma grande medida de interesse público que honra largamente todas as pessoas e entidades que nele intervieram e oxalá que em breve possam observar-se as primeiras realidades para o arranque de um projecto dos mais notáveis que se tem dado a público, no âmbito citadino.

Paris possui uma importante área arborizada integrada no conjunto dos Campos Elíseos. Londres goza do privilégio de possuir três parques enormes na zona central que são Green Park, Hyde Park e St. James. Lisboa, mercê do diploma agora publicado, fica na esperança de poder gozar uma regalia semelhante, salvas apenas as diferentes características existentes entre um parque e um Jardim Botânico.

É cedo ainda para se avaliar toda a extensão dos benefícios que esta medida comporta, mas pela sua promulgação não pode deixar de se render desde já a devida homenagem ao Ministro das Obras Públicas e à Câmara Municipal de Lisboa.

É de muito interesse a planta que publica o *Diário Municipal* n.º 8 202, de 21 de Julho.

H. R.

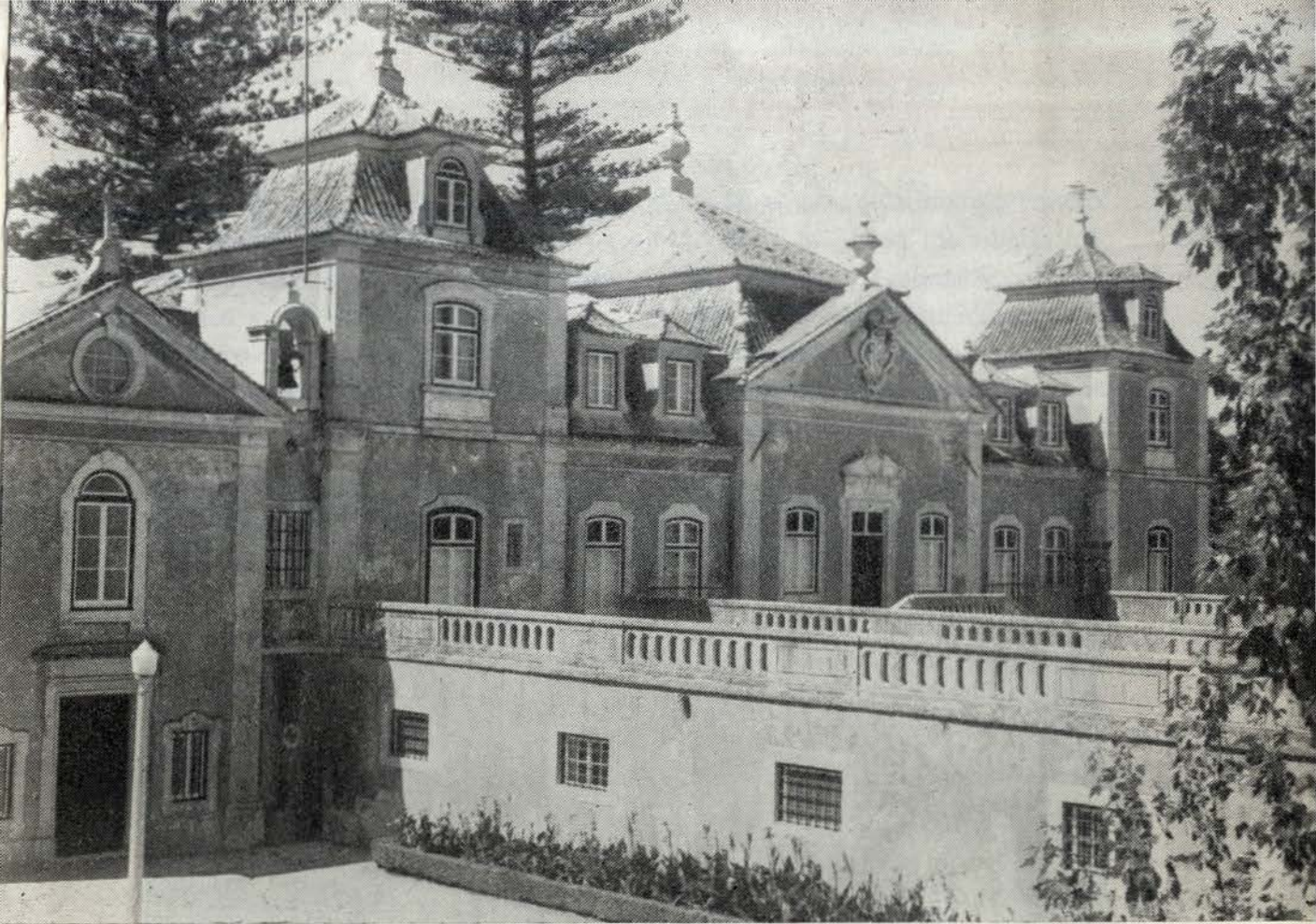
O PALÁCIO DO CONDE DE OEIRAS

por HUGO RAPOSO

O estabelecimento do caminho de ferro eléctrico para Cascais deu um repentino impulso a todas as localidades servidas por esse excelente meio de transporte, rápido e asseado. Oeiras, que ainda há um século atrás não possuía mais de 210 fogos e 700 moradores, segundo assevera o historiador Vilhena Barbosa, é hoje não só dos lugares mais populosos da linha marginal do Tejo como se tornou um centro de importantes actividades de toda a ordem, algumas de acentuada projecção na vida nacional, tanto de carácter civil como militar.

A povoação é antiquíssima, mas só foi elevada à categoria de vila por Alvará de 7 de Junho de 1759, no dia seguinte ao do decreto que conferia a Sebastião José de Carvalho o título de Conde de Oeiras, de juro e herdade, prebenda de el-rei D. José ao seu fiel Secretário de Estado. A nova vila recebeu foral em 1760 e a 26 de Abril do mesmo ano efectuou-se a primeira posse dos Juizes, Vereadores e Procurador do Concelho.

Por aí começa a história da terra que deu o primeiro título de nobreza ao restaurador de Lisboa. A gravitação da influência social e política que rodava em torno do Marquês de Pombal atraiu as atenções para Oeiras e o próprio monarca foi hóspede de Sebastião José de Carvalho nos verões de 1775 e de 1776 no Palácio de Oeiras, para de lá se deslocar diáriamente aos banhos termais do Estoril.



Fachada principal do Palácio

Os bens do Marquês assentavam sobre o morgadio dos Carvalhos de Oeiras, acrescentado dos vínculos de Paulo de Carvalho e Ataíde, arcebispo da Igreja Patriarcal, tendo-se-lhe juntado mais tarde o dote, em bens de raiz, de D. Teresa de Noronha, primeira mulher de Sebastião José de Carvalho e Melo, que foi afinal o herdeiro daquele valioso conjunto, formado pelas melhores terras da região, com vinhas e olivedos.

No ano de 1770 a vila foi teatro de um acontecimento nacional, com a realização da famosa feira agrícola e industrial, onde se mostraram os artefactos e os produtos de todo o País, com vista a revelar a eficácia e a projecção da administração pombalina nos domínios económicos.

A edificação do Palácio trouxe ainda outras benéficas consequências para a região, dentre as quais se deve destacar a melhoria sensível dos meios de comunicação com a capital e a criação duma zona vinhateira

que se tornou afamada, a do vinho de Carcavelos, para cujo escoamento foi criado um porto de abrigo junto ao forte de Catalazete e mesmo um serviço alfandegário, que só veio a ser demolido por ocasião da abertura da estrada marginal.

A morte de D. José, a ascensão de D. Maria I ao trono e o conseqüente afastamento do Conde de Oeiras da vida pública naturalmente



Capela e fachada do Nascente

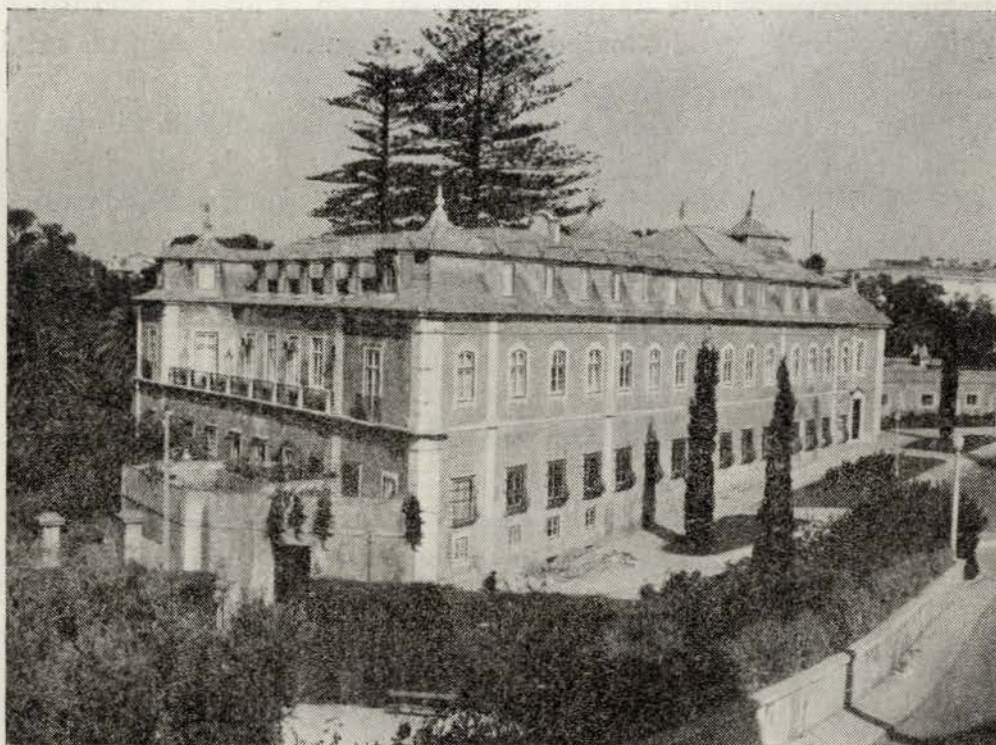
mudaram o curso dos acontecimentos e decerto que não para bem do progresso da vila.

Por Decreto de 4 de Março de 1777 a Rainha aceitava o pedido de demissão do Marquês, conforme declaração entregue por Martinho de Melo. No dia 5, Sebastião de Carvalho recolhia à casa de Oeiras, onde aguardaria a Marquesa, antes de empreender a sua jornada para Pombal.

Porém, alguma coisa ali ficou a assinalar para sempre a presença desse homem de forte poder: o Palácio, os seus jardins e as inúmeras

obras de arte que rodeavam a opulenta residência do primeiro ministro do Reformador.

O belo solar não se limitava a ser uma rica casa de moradia nobre. O seu esplendor transcendia dos salões, dos terraços e dos jardins, para o exterior. As obras de arte espalhavam-se em volta a grande distância, como a *Casa da Pesca*, assim chamada por serem da faina da pesca os motivos dos valiosos painéis de azulejo que guarnecem as paredes, documentos artísticos da época mais brilhante da Fábrica do Rato.



Fachadas Sul e Nascente

À ilharga daquela está a *Cascata da Taveira*, cuja imponência e grandiosidade ainda hoje podem admirar-se, visto esse conjunto ter chegado até à nossa época em excelente estado de conservação.

Porque se trata de elementos integrados em propriedade particular fechada, que era a Quinta de Cima e ser hoje o espaço onde veio instalar-se a Estação Agronómica Nacional, recinto de estudos que não está

aberto ao público, faz com que seja pouco conhecido e pouco falado esse conjunto da Casa da Pesca e da Cascata da Taveira. A própria imagem que ilustra este escrito não dá a ideia suficiente do seu volume e riqueza artística.

A área abrangida pela Cascata propriamente dita, pelo tanque, tão grande que nele se pode andar de barco, pelas escadarias e jardins anexos, cobre alguns milhares de metros quadrados.

Os azulejos que ornamentam os vastos paramentos laterais da Cascata lembram enormes tapeçarias. São de traço azul sobre fundo branco, tratando alegoricamente do que se relaciona com as águas, como tritões, golfinhos, sereias, cavalos-marinhos e outras figurações de animada movimentação.

Duzentos anos volvidos sobre a erecção desta grandiosa fábrica, ela ainda hoje conserva toda a significação do esplendor de que se rodeava o Conde de Oeiras, cumprindo-nos dizer que nos estamos referindo apenas aos elementos formados pela Casa da Pesca e Cascata da Taveira, hoje inteiramente separados da sua vinculação ao Palácio.

Na área dos jardins e parque, adjacentes ao solar, são imensas as obras de arte, podendo salientar-se a Cascata dos Poetas, ostentando os bustos de Homero, Virgílio, Tasso e Camões todas esculpidas pelo famoso artista Machado de Castro, o mesmo que foi o imortal autor da estátua de D. José no Terreiro do Paço.

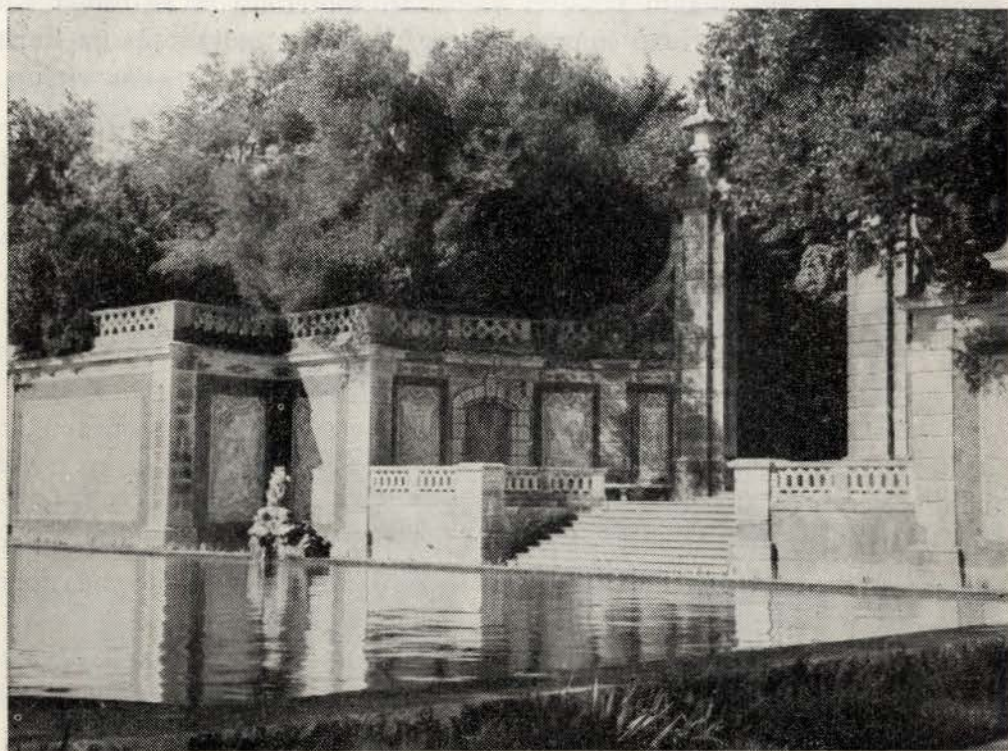
As próprias adegas, apesar da sua função utilitária, integradas nos cômodos duma exploração agrícola, são como que um outro palácio, adornado no exterior com os bustos de doze imperadores romanos, esculpidos em mármore de Carrara, em escala maior que o natural, assentes sobre altos pedestais. São ainda hoje uma verdadeira maravilha, que mereceu a Pinho Leal o comentário: «no género a mais sumptuosa oficina do país».

A planta do Palácio foi executada pelo architecto húngaro Carlos Mardel, que ali concebeu uma das mais belas peças setecentistas, em que nem sequer o invulgar volume da construção perturbou a riqueza do pormenor nem a harmonia do conjunto.

O Palácio do Conde de Oeiras e a sua Capela, sob a invocação de Nossa Senhora das Mercês, apesar das vicissitudes do tempo e dos acontecimentos, chegou até aos nossos dias com todas as características de residência aristocrática e sem mutilações que se possam considerar irreparáveis.

Carlos Mardel, grande artista que muito trabalhou na restauração de Lisboa após o terramoto, teve a intuição de dar ao seu projecto a monumentalidade adequada à excepcional representação social do todo poderoso ministro de D. José.

Só o que pode estranhar-se é que para a sua implantação se não tivesse procurado — em espaço de que o dono punha e dispunha — um local de cota mais elevada, donde se pudessem contemplar os maravilhosos panoramas de mar e terra, com o Tejo e o Oceano a uma banda e a



Aspecto parcial da Cascata da Taveira

Serra de Sintra a outra. O Palácio está afinal situado na cota mais baixa do vale. Teria sido o prazer de ver os seus jardins atravessados pela bela ribeira da Lage, que ali passa, o que impeliu o Marquês ou os seus parentes a preferir tal localização?

Um particular de muito gosto — Artur Brandão — foi nos últimos vinte anos o proprietário da rica moradia, mas sabia-se há tempo que o

Palácio iria mudar de mão. Era de preocupar e causava receio que pudesse ir parar à posse de pessoa ou entidade que descuidasse a sua conservação ou lhe desse uma aplicação diferente daquela que era própria.

Simpático ou não o Marquês ainda hoje a muita gente, discutido agora como sempre foi, como político de génio, mas duro e cruel nos seus métodos, não pode e não deve desprender-se o Palácio do conjunto de elementos que tornaram famoso o seu primeiro proprietário.

É portanto o Palácio do Conde de Oeiras uma peça histórica e parte integrante de um período histórico de grande relevância, que importa conservar e tanto quanto possível valorizar, sobretudo se se tomar em consideração que o afluxo impressionante de novos moradores na linha de Cascais descaracterizou certas localidades, mais ou menos típicas. No meio de uma invasão de novas construções que assolam toda a costa, desde Lisboa, a casa do Marquês de Pombal é afinal uma nota de arte e de bom gosto.

O núcleo urbano formado pelo Palácio, pelos Paços do Concelho, pelo jardinete público e pela entrada do Parque Municipal é uma reminiscência viva do gosto do século XVIII oferecendo um contraste sereno com erupções caprichosas, de todos os gostos, bons e maus, que pairam em sua volta.

Felizmente o rumo dos acontecimentos que se produziram em relação à transferência da posse encaminhou-se no melhor sentido que se podia imaginar. Deve considerar-se providencial e quase milagrosa a solução finalmente encontrada. Foi a benemérita Fundação Calouste Gulbenkian que adquiriu tão formosa peça. O mesmo é dizer que se desvaneceram todos os receios.

Por agora regozijemo-nos com saber que a Fundação ali guarda, devidamente catalogadas, as obras de arte da colecção do seu patrono, cuja qualidade e quantidade são por ora ignoradas do grande público.

O Palácio não se acha aberto a visitas, o que aliás é absolutamente compreensível e recomendável. Não sabemos portanto qual o estado actual das vastas divisões interiores, mas se alguém quiser fazer ideia do recheio de que o Marquês de Pombal se rodeava na sua casa de campo basta dar-se ao trabalho de consultar o inventário de Vilhena Barbosa, in *Arquivo Pitoresco*, vol. VI, pág. 387, onde encontra a descrição pormenorizada, que aqui se não reproduz dada a sua extensão.

Naturalmente a actual utilização do Palácio é transitória, exercendo apenas por agora — e já não é pouco — a função de depósito das colecções

Gulbenkian, as quais vão ser oportunamente expostas em Museu de expressa construção, e que será um dos mais importantes de todo o mundo.

A Fundação está dirigida por um cérebro culto e invulgarmente esclarecido. Possui além disso órgãos internos altamente especializados, o que dá a certeza de que o Palácio de Oeiras e os seus jardins voltarão a ocupar o devido lugar. Quem passa pela estrada para Carcavelos já pode observar que na monumental fachada da adega se movimentam importantes obras de restauro, prenúncio decerto de um plano.

Cada uma daquelas pedras, se falasse, poderia reproduzir os grandes segredos de estado do tempo do omnipotente ministro, o pulso mais



Quadro existente na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Oeiras

severo da administração pública em todos os tempos. Quantas medidas e quantas das suas decisões implacáveis não foram pensadas e decididas no solar de Oeiras, entre o marulhar das ondas na praia e o sussurro das águas tangendo nas cascatas...

Não tem este escrito, porém, por objectivo historiar o Marquês, mas apenas o seu Palácio de Oeiras, agora novamente nas mãos de um

potentado, mas este consagrado apenas à missão de derramar cultura, adorar as artes, as letras e as ciências. Tanto basta para se imaginar que aquela nobre casa, que abrigou o próprio D. José, vai conhecer novos esplendores.

Oeiras não voltará a ser centro de acção dum vulto político. Mas nos jardins e nos salões que viram passar a figura senhoril da Marquesa D. Leonor Daun pode uma vida nova, embora diferente, trazer àquele recinto todas as repercussões que o iluminado espírito de Calouste Gulbenkian sonhou ao constituir a Fundação que perpetuará o seu nome pelos séculos fora.

Novo período histórico para o Palácio de Oeiras vai agora começar.



ACTIVIDADE CULTURAL

do Último Trimestre

No sábado 7 de Julho inaugurou-se pelas 18 horas, na sede, uma exposição de obras de arte (pintura a óleo, gravura, desenho e cerâmica) da autoria do nosso consócio sr. professor Pedro Jorge Pinto.

Esta exposição trouxe ao Grupo grande número de pessoas, sócios e artistas e esteve patente até ao fim do mês. A ela se referiram largamente os jornais. O expositor, dos quadros expostos ofereceu ao Grupo um com uma água-forte representando o Castelo de S. Jorge em 1931.

No domingo 22, deslocaram-se os «Amigos de Lisboa» em visita cultural à Gruta das Salemas no concelho de Loures, cerca de Montachique. A gruta pré-histórica de quatro níveis arqueológicos foi descrita e mostrada pelo sr. eng. Veiga Ferreira que acompanhou os visitantes, dando-lhes eruditas explicações sobre a sua exploração. Seguidamente os visitantes passaram pela capela de Nossa Senhora da Ajuda e almoçaram em A do Bispo, onde foram exibidas músicas, cantares e danças regionais ribatejanas. No regresso por Vila Franca de Xira foram visitados os jardins e mata da Quinta das Areias, da família Van Zeller Palha, tendo o seu proprietário sr. António Van Zeller Palha sido gentilíssimo para todos os visitantes. Estes foram acompanhados pelo nosso secretário-geral e pelo director Ferreira do Nascimento. Os grupos folclóricos que se exibiram fizeram-no a expensas do nosso digno relator da Comissão de Contas.

Por impossibilidades insuperáveis não se puderam realizar as conferências anunciadas dos nossos consócios sr.^a D. Maria Cabedo Cardoso e prof. doutor João Cid dos Santos, que foram transferidas para Novembro próximo.

Para encerramento das nossas actividades culturais antes de férias promoveu-se, em 4 de Agosto, uma sessão cinematográfica lisiponense no Cinema do Secretariado Nacional de Informação, que amavelmente nos cedeu o Salão e quatro filmes sobre Lisboa. Também por gentil cedência da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, foi exibido o filme *Rio Tejo* da autoria do jornalista Mário Pires. A sessão que, segundo os jornais, encantou por completo a numerosa assistência, foi precedida de algumas palavras do nosso secretário-geral. Desejando a todos férias muito felizes expressou ele o desejo de que, com a exibição que ia ser feita, os «Amigos» (que trazem sempre Lisboa no coração) a levassem na retina.

Assistiram à sessão, além do nosso secretário-geral, os directores Ferreira do Nascimento e eng. Júlio Eduardó dos Santos e todos os membros da Comissão de Contas.

E. N.





Feira da Ladra

Recordações da vida literária de Lisboa no começo do século

O nosso consócio n.º 3295, sr. José Júlio Correia da Cunha, ofereceu para a coleção do nosso Grupo 2 postais editados em 1902 com acontecimentos referentes à vida do Teatro S. Luís. Reproduzimos hoje um, em que se vêem vários artistas e escritores ligados à vida literária da época; o ofertante manda-nos a lista identificadora da maioria dos personagens. Faltam porém alguns, cuja identificação se pede aos que o souberem.

Desconhece-se quem é o personagem colocado entre Alberto Pimentel e Luís Galhardo, aventando-se que seja, possi-

velmente, D. João de Castro, quem seja o personagem colocado entre o dr. Júlio Dantas e o actor Augusto Rosa e os dois personagens colocados entre o empresário Luís Pereira e o jornalista França Borges, e bem assim, os que se seguem entre o actor Luís Pinto e António Teixeira, secretário do Visconde de S. Luís Braga, e também os colocados entre o actor Augusto Antunes e Carneiro da Moura e entre estes e o jornalista José Parreira e o que se segue e está ao lado do escritor Melo Barreto, e ainda o que está entre o architecto Raul Lino e o cenógrafo Augusto Pina.

Quem os identifica?

E. N.



Formas de dizer

O tempo fez sempre sentir a sua acção, umas vezes a destruir e a aniquilar, outras a valorizar e a produzir e tantas a modificar, a alterar e a corrigir. É o caso da linguagem e das formas correntes de nos exprimirmos. Veja-se numa pequena notícia de jornal, exactamente de há cem anos, o estilo com que então se noticiava um falecimento:

«Necrologia: O Il.^{mo} e Ex.^o Sr. conselheiro Francisco Manuel de Campos de Carvalho Pacheco já não existe! A inexorável Parca, que a ninguém respeita, acaba de cortar o fio da existência ao magistrado integríssimo, extremoso esposo e carinhoso pai; a dor que tão profundamente veio mergulhar na aflicção a sua ilustre esposa a Ex.^{ma} Sr.^a D. Henriqueta de Campos Valdez e seus Il.^{mos} filhos é imensa.»

(Do *Jornal do Comércio* de 22 de Junho de 1862)

OFERTAS

Do sócio n.º 639, Sr. António Pimentel Tolento:

12 postais comemorativos do *Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia*, editados em 1898, com vistas de Lisboa, e
24 vinhetas comemorativas do *Primeiro Centenário da Associação Comercial de Lisboa*, também com vistas de monumentos lisiponenses e editadas em 1934.

Do sócio n.º 3371, Sr. Prof. Pedro Jorge Pinto:

Uma moldura com vidro contendo uma gravura a água-forte, de sua autoria, representando o *Castelo de S. Jorge* (1931).

Do Prof. Ernesto Soares:

Um prospecto anunciador (a que se refere o artigo inserto neste número e que lá vem reproduzido).

Tudo muito se agradece.

ÍNDICE

DO 25.º VOLUME

1962



	Pág.
Acção Cultural durante o ano de 1961	33
Actividade Cultural (por trimestres)	30, 60, 111 e 169
Bicentenário do nascimento de um célebre Artista Olisiponense, por <i>J. E. S.</i>	141
Bocas de fogo existentes em Lisboa, fundidas na Índia Portuguesa, pelo <i>General Pereira do Vale</i>	39
Em que se fala dos antigos Paços Reais, por <i>Mário Costa</i>	144
Exposição Bibliográfica de Afonso Lopes Vieira — Relato resumido do seu encerramento e das palavras proferidas pelo expositor, <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i> , e pelo Secretário-Geral, <i>Doutor Eduardo Neves</i>	99
Feira da Ladra	32, 65, 117 e 171
Figuras de Cera, por <i>Ernesto Soares</i>	137
† Gustavo de Matos Sequeira	125
Na inauguração da lápide de Salvador Correia de Sá e Benevides, pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i>	27
No centenário da morte de El-Rei D. Pedro V, por <i>Mário Costa</i>	3
Ofertas ao Grupo	119 e 172
O Jardim Botânico, por <i>H. R.</i>	158
O Número 100, pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i>	127
O «Nunes da Lancha», lisboeta, pioneiro da ocupação de Angola, pelo <i>Coro- nel José Ribeiro da Costa Júnior</i>	85
O Palácio do Conde de Oeiras, por <i>Hugo Raposo</i>	160
O último comandante da Polícia de Lisboa no tempo da Monarquia, pelo <i>Dr. J. T. Montalvão Machado</i>	69
Palavras proferidas na sessão solene de encerramento do XXV aniversário do Grupo, pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i>	50
Relatório e Contas da Junta Directiva e Parecer da Comissão de Contas, relativos ao ano de 1961	52
Sócios admitidos desde Janeiro de 1962	122
Temas Olisiponenses na Poesia de Afonso Lopes Vieira	46
Um emprazamento em 1445, por <i>M. Carvalho Moniz</i>	82
Um relógio de sol quinhentista no Hospital de Santo António dos Capuchos, pelo <i>General Pereira do Vale</i>	130
Capas — desenhos de <i>José A. Videira</i> :	
N.º 97 — Casa quinhentista do Largo do Menino Deus	
N.º 98 — Casa quinhentista da Rua dos Cegos	
N.º 99 — Largo de Santo Estêvão (Alfama)	
N.º 100 — Igreja de Santa Cruz, ao Castelo de S. Jorge	
Vinhetas de <i>Figueiredo Sobral</i>	

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS

72

VÁRIA

	PREÇOS	
	Sócios	Público
* Evocação do Café Martinho		esgotado
* Noite de evocação do Leão de Ouro	13\$50	15\$00
* Urbanização de Lisboa	4\$50	5\$00
* Lisboa de ontem e de hoje do Sr. Rocha Martins		esgotado
* Olisipo (estão esgotados os números 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 34 e 43)... cada, dos que existem,	18\$00	20\$00
* Evocação do Café-Restaurante Tavares	4\$00	5\$00
* Jantar de Confraternização na Casa do Leão	4\$00	5\$00
* A cor de Lisboa	13\$50	15\$00

ENG. A. VIEIRA DA SILVA

* O Castelo de S. Jorge	13\$50	15\$00
* A Ponte de Alcântara	13\$50	15\$00
* Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa		esgotado
* Fantasias sobre a origem do nome de Lisboa	13\$50	15\$00

DR. ALFREDO DA CUNHA

* Olisipo berço do periodismo português	13\$50	15\$00
--	--------	--------

ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa	13\$50	15\$00
Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos	13\$50	15\$00
O Quartel de Campolide	13\$50	15\$00
O Quartel do Regimento do Conde de Lippe	13\$50	15\$00
A Torre do Bugio	18\$00	20\$00

DR. AMADEU FERREIRA DE ALMEIDA

Dicionário Excêntrico	36\$00	40\$00
--------------------------------	--------	--------

DR. ANTÓNIO DE QUADROS FERRO

O Enigma de Lisboa	7\$00	7\$50
-----------------------------	-------	-------

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

* A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão	13\$50	15\$00
* O Campo de Santa Clara	13\$50	15\$00
* Ronda e Silva de Lisboa Velha	9\$00	10\$00
* Bagatelas de tempo vário	9\$00	10\$00

DR. EDUARDO NEVES

Uma recordação sebástica no Sítio da Luz		esgotado
Um arcebispo Primaz		>
João Alberto Pereira de Azevedo Neves		>
Um desenho à pena da autoria de Júlio de Castilho		>

* Edição do Grupo.

DR. EDUARDO NEVES

	PREÇOS	
	Sócios	Público
* Ruínas do Carmo		esgotado
* Igreja da Penha de França		>
* Faculdade de Medicina		>
Lisboa nos Ex-Libris		>
Lisboa na Numismática e na Medalhística		>
O Convento dos Barbadinhos Italianos		>
Do Sítio do Intendente		>
Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa		>
Alocações		>
* Homenagem a Matos Sequeira... ..		>
Dos selos pendentes do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa — Um notável selo de 1580	15\$00	20\$00
Um Pintor Romântico Francês em Lisboa, em 1837		esgotado

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

* A Irmandade de S. Lucas	13\$50	15\$00
----------------------------------	--------	--------

FRANCISCO LEITE DE FARIA

Lisboa e S. Lourenço de Brindes	13\$50	15\$00
Alvorço na Lisboa setecentista à volta do Barbadinho Frei André de Búrgio	13\$50	15\$00
A Morte de S. Lourenço de Brindes e as homenagens que Lisboa lhe prestou	13\$50	15\$00

FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS

O Colégio de «Jesus» dos Meninos Órfãos da Mouraria	18\$00	20\$00
O Romance de Almeida Garrett nesta Lisboa	18\$00	20\$00

DR. GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém	18\$00	20\$00
D. Gilberto	13\$50	15\$00

GODOFREDO FERREIRA

Um ricoço lisboeta do século XVII		esgotado
--	--	----------

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

* Lisboa (Comédia)	18\$00	20\$00
---------------------------	--------	--------

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais	45\$00	50\$00
-----------------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ...	9\$00	10\$00
Norberto de Araújo e o Inventário de Lisboa... ..	13\$50	15\$00

* Edição do Grupo.

	PREÇOS	
	Sócios	Público
J. S. VIEIRA		
O Convento dos Marianos		esgotado
JOÃO MONTEIRO		
* Estrada de Sacavém	27\$00	30\$00
JOAQUIM ROQUE DA FONSECA		
A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
JULIETA FERRÃO		
Lisboa 1870		esgotado
ENG. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS		
Exposição Bibliográfica Antoniana — Junho de 1960 — Estoril ...	9\$00	10\$00
Exposição Bibliográfica de Afonso Lopes Vieira — Primavera de 1962	18\$00	20\$00
DR. LEOPOLDO DE FIGUEIREDO		
* O Convento de N. S. dos Remédios — Convento dos Marianos, sua história e seus mausoléus... ..		esgotado
LUÍS MOITA		
* A Ermida de Santo Amaro		esgotado
O Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses	7\$00	7\$50
Santiago Rosiñol e a «Alegria que Passa»	12\$50	12\$50
LUIZ PASTOR DE MACEDO		
* Ascendentes de Camilo	13\$50	15\$00
LUÍS TEIXEIRA		
O «Diário de Notícias» e o Século XIX	4\$00	5\$00
DR. MANUEL VICENTE MOREIRA		
Jardins de Lisboa e Porto	9\$00	10\$00
Lisboa Oriental	4\$00	5\$00
O Problema da Habitação	27\$00	30\$00
MARIO COSTA		
Da Rua Nova à Rua dos Capelistas	18\$00	20\$00
Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da Escola Politécnica	13\$50	15\$00
A Patriarcal Queimada	18\$00	20\$00
O Palácio do Manteigueiro	18\$00	20\$00
O Palácio Barcelinhos e o seu antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira	18\$00	20\$00
Uma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda	36\$00	40\$00
O Sítio de Santo Amaro		esgotado
Duas facas de mato notáveis	13\$50	15\$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra		esgotado

* Edição do Grupo.

A Igreja de S. Julião e o seu Patrono — Uma freguesia que Lisboa perdeu	18\$00	20\$00
No Centenário da Morte de El-Rei D. Pedro V	18\$00	20\$00

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

PREÇOS
Socios Público

* A Igreja da Conceição Velha	esgotado	
* A Igreja e o Convento da Graça	13\$50	15\$00
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.ª Maria de Belém	45\$00	50\$00
A propósito da inscrição sepulcral do fundador da Ermida de N. S. da Oliveira, de Lisboa	18\$00	20\$00
A Calçada da Ajuda	esgotado	

NORBERTO DE ARAÚJO

* Pequena Monografia a S. Vicente... ..	9\$00	10\$00
---	-------	--------

NUNO CATHARINO CARDOSO

Infante D. Henrique — Nótulas históricas	9\$00	10\$00
---	-------	--------

PROF. PEDRO JORGE PINTO

A Acrópole de Lisboa (litografia de arte)... ..	135\$00	150\$00
---	---------	---------

RUY DE ANDRADE

* Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas da edilícia citadina	9\$00	10\$00
---	-------	--------

DR. RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense... ..	45\$00	50\$00
A Quinta da Torrinha ao Vale do Pereiro	18\$00	20\$00

ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge de Arroios	esgotado	
--	----------	--

TINOP

* Lisboa de Outrora, 2.º e 3.º vols. cada	13\$50	15\$00
--	--------	--------

* Edição do Grupo.



BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7

Telef. 321368 - 321227 - 30054 — LISBOA

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas:

450 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES
MARÍTIMOS
E AÉREOS

AGÊNCIA DE VIAGENS

CARVÃO, SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
EXPORTAÇÕES
IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

SERAFIM A. VASQUES, LDA.

ARMAZÉM DE CORDOARIA E APRESTOS NAVAIS

Avenida, 24 de Julho, 2-E a 2-G • Praça da Ribeira Nova, 2 e 4

Telefones 327452 - 362840 — LISBOA - 2

seguro de vida



tenha a vida na mão

com um seguro da



COMPANHIA DE SEGUROS **IMPÉRIO**



posso garantir
que os anúncios
nos bilhetes dos
carros eléctricos
e dos autocarros
são bons
... e baratos.
*
Peça informações



CARRIS-PUBLICIDADE

CALÇADA DA BICA PEQUENA, 4 - USBOA 2 - TEL. 55035

Beba

Sagres

A cerveja Portuguesa
de
classe internacional



LISBOA

ONDE ENCONTRARÁ
COZINHA PORTUGUESA, DANÇAS TÍPICAS,
FADO E CANÇÕES REGIONAIS
RESTAURANTE DE LUXO

RESTAURANTE FOLCLORE

R. NOVA DA TRINDADE, 22 - A - TEL. 324005 - 35007

AS CANETAS, LAPISEIRAS, ESFEROGRÁFICAS
E TINTAS MAIS DESEJADAS DO MUNDO

Parker



167, Rua do Ouro, 173

— LISBOA

PAPELARIA DA MODA

ANTÓNIO VIEIRA, LDA.

TODOS OS ARTIGOS DE
PAPELARIA E ESCRITÓRIO,
MATERIAL ESCOLAR E
ARTIGOS DE DESENHO

— SEMPRE NOVIDADES —

— Telef. 32 42 69 — 32 43 47

1885 - 1962



FINE MACIEIRA

A MAIS VELHA AGUARDENTE
PORTUGUESA

Rua Ivens, 47 — Lisboa - 1
Telef. 32 46 78

LUIZ GODINHO, LDA.

—
ARMAZÉM DE:

Cabos, Lonas, Alcatrão,
Correntes, Amarras
e todos os aprestos para
navios e armações de pesca

—
CORDOARIAS
de todas as qualidades
e grossuras

•
Avenida 24 de Julho, 1-F e 1-G
esquina da
Travessa dos Remolares, 2 a 8
Telef. 32 10 01 — LISBOA

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

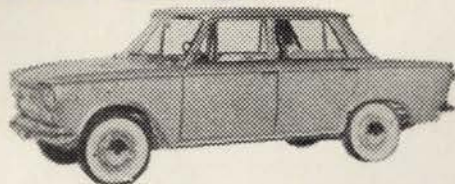
Rossio, 105 · Lisboa : Telef. 32 07 44



fiat 1300

esbelto
panorâmico
confortável
silencioso
veloz
elegante
altos serviços

fiat 1500

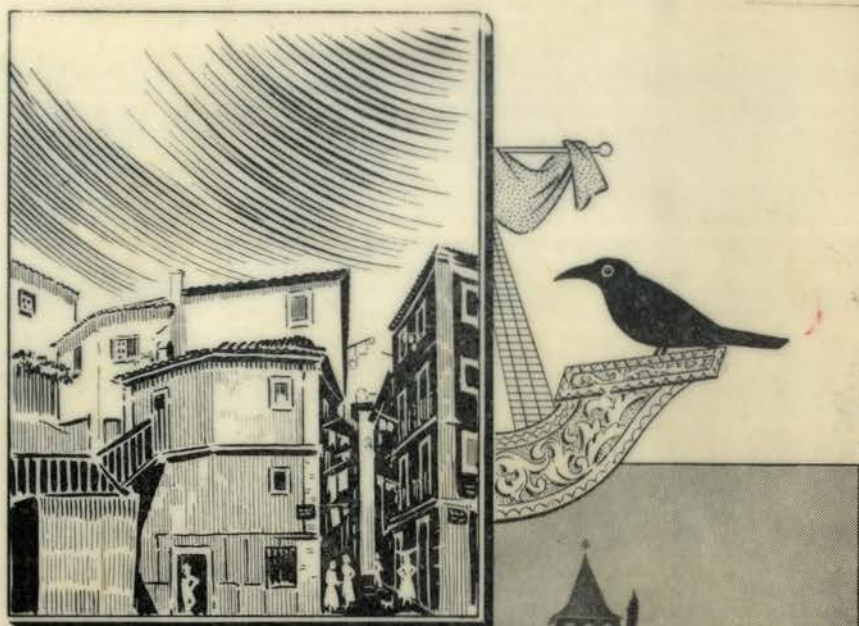


interior confortável
acabamento primoroso

fiat 1300/1500 o carro sucesso

em exposição na Fiat Portuguesa - Lisboa e Porto

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL